

Caderno de debates 2

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek

Organização:

Joana Barros, Evanildo B. da Silva e Livia Duarte



FASE

50
anos

Caderno de debates 2

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Francisco de Oliveira e Cibele Saliba Rizek

Organização:

Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva
e Lívia Duarte

Rio de Janeiro, setembro de 2013

Realização



Apoio



Caderno de Debates 2. Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

FASE - Solidariedade e Educação
Programa Nacional Direito à Cidade
Rio de Janeiro/RJ - 2013
1ª edição

ISBN 978-85-86471-74-2

Organização: Joana Barros, Evanildo Barbosa da Silva e Livia Duarte
Revisão: Livia Duarte e Joana Barros
Ilustração de capa: Bel Falleiros
Projeto gráfico e diagramação: Flávia Mattos
Impressão: 3Graf
Tiragem: 1.000 exemplares

Cidades e conflito: o urbano na produção do Brasil contemporâneo

Sumário

05. Apresentação

07. Entrevista Francisco de Oliveira

Lívia Duarte e Joana Barros

27. Mestre Chico - apontamentos e reflexões

Cibele Saliba Rizek

47. O Estado e o urbano no Brasil

Francisco de Oliveira

69. O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?

Francisco de Oliveira

Apresentação

O Caderno de Debates: *“Cidades e Conflitos: o urbano na produção do Brasil Contemporâneo”* que ora apresentamos é um presente e também um convite à reflexão acerca do universo urbano brasileiro e do modo de intervenção do Estado nesse urbano.

É um presente por estabelecer diálogos profundos *“do urbano”* com alguns dos principais fundamentos da obra do Sociólogo Francisco de Oliveira – a quem agradecemos pelo gesto carinhoso da escuta e que aqui nos brinda com uma entrevista inédita, generosa na absorção reflexiva de tantas perguntas e, acima de tudo, profunda diante dos inúmeros esforços de revisitação do urbano contemporâneo, seja na pesquisa de muitos outros, seja na labuta diária de organizações como a FASE, Brasil afora.

Mas, é também um convite à reflexão por se fazer acompanhar de uma primorosa imersão nas principais contribuições que Chico de Oliveira tem prestado ao debate do urbano crítico e da crítica desse urbano, tarefa tão bem realizada pela Socióloga Cibele Saliba Rizek, a quem carinhosamente intitulou de *Mestre Chico!*

Convite ainda por reproduzir artigos seminais do Chico Sociólogo (*“O Estado e o urbano no Brasil”* e *“O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?”*), sem os quais as raízes daquilo que ora assistimos nas cidades, seus múltiplos conflitos, suas irrupções que parecem falar de metamorfoses dos sujeitos dos conflitos e dos agentes que agem e vocalizam em seu nome, etc, não serão compreendidos criticamente; não se revestirão de alicerces maciços sobre de qual urbano mesmo se fala e a quem serve esse falar; de linhagens reflexivas substantivas, sem titubeios institucionalistas quanto ao papel do Estado no urbano e, que por isso mesmo, perduram sólidos como fundamentos para reinvenção desse urbano mais e mais desnudado.

Enfim, o *Caderno de Debates: “Cidades e Conflitos: o urbano na produção do Brasil Contemporâneo”* é para a FASE uma oportunidade de (re)ligação com as muitas questões, dúvidas e expectativas de atuação na cena urbana do país, especialmente levadas a cabo pelas releituras internas acerca do papel cada vez mais multidisciplinar, antropológico (no sentido da imersão e do método dessa imersão) e criticamente posicionada acerca dos modelos de cidades e de políticas urbanas em curso no país, bem como o caráter funcional desses

modelos para reprodução do capitalismo à moda Brasil ou ainda os efeitos dessas transformações sobre as formas de vida já desiguais, ou efeitos sobre a constituição de sujeitos sociais urbanos, velhos e novos sujeitos, uns mais outros menos, uns marginais e críticos, outros intestinais e colaborativos com o *status quo*, ambos contrarrestados com o que Chico de Oliveira interpreta de “sonho burguês”, ou “a propriedade como âncora de nossa cidadania”.

Portanto, fica ao debate a questão acima tanto quanto sua propagação reflexiva na busca de novos horizontes utópicos acerca do urbano contemporâneo brasileiro, de modo que agradecemos aos colaboradores e apoiadores do presente Caderno de Debates, tratado aqui como uma espécie de contribuição ao *“fogo de monturo”*, *que começa por baixo, mal produz fumaça e logo já é fogo!*

Entrevista
Francisco de Oliveira

Lívia Duarte e Joana Barros



Favela da Rocinha - Rio de Janeiro/RJ
Fernando Frazão/ABr

Há trinta anos, Chico de Oliveira publicava o texto *O Estado e o Urbano no Brasil*, e com ele se colocava na contramão do pensamento hegemônico sobre as cidades e sobre os processos de urbanização do país que, naquela altura e ainda hoje, em certa medida, defendia a tese das cidades brasileiras como rastro da industrialização, seu espelho e como construções à margem do Estado. Vinte anos depois, em *O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?*, Chico retoma, de forma tão desafiadora quanto em 1982, o debate sobre o Estado e sua participação na construção das cidades brasileiras e nos provoca mais uma vez sobre esta relação, mas agora advertindo sobre o caráter de exceção que a regulação urbana e a própria ação estatal nas políticas públicas urbanas carregam.

Vivendo as intensas transformações urbanas nos territórios onde atuamos e instigados por estas provocações e inquietações levantadas por estes textos, propusemos um diálogo. E, então, Chico calorosamente nos recebeu em sua casa, em São Paulo, em novembro de 2012, para uma tarde de conversa. Nesta entrevista retomamos, entre outros temas tratados “a quente” e de forma direta como é de seu feitio, a fina análise do urbano e as interconexões com a ação do Estado e com o modelo de desenvolvimento em curso no Brasil. Mais uma vez, nos encontramos surpreendidos e desafiados por este sociólogo a pensar o urbano e nossas cidades com as lentes da crítica que não se acomoda às explicações fáceis ou confortáveis, mesmo que isto signifique remar contra a maré. De novo.



Lívia Duarte - Gostaria que você introduzisse o debate retomando duas ideias que desenvolveu: a de que o Estado intervém no urbano, apresentando em 1982 e o de exceção. De onde vem esse conceito e o que ajuda a compreender urbano no Brasil?

A primeira preocupação sobre o Estado e o urbano vem do meu contato com o pessoal de urbanismo. Houve um período que eu dei muita aula em faculdade de arquitetura, eu estava nesse grupo por causa da minha relação com o Sérgio Ferro e o Rodrigo Lefèvre. Na verdade, quem tinha que dar o curso de era o Gabriel Bolaffi, mas ele me indicou e eu fui participar deste grupo. Daí, eu tinha uma convivência com esse grupo de arquitetos. E dessa

convivência com o grupo de arquitetos me vem uma constatação de que a questão do Estado passava ao largo das discussões sobre cidades. Conceituava-se a cidade a partir de termos puramente urbanísticos. Aí veio essa reação: “Vocês estão equivocados! Gente, a cidade no Brasil é uma criação do Estado!”. E então entra um pouco de história e mais de olhar a contemporaneidade. A tradição brasileira e suas Ciências Sociais tinham muita culpa no cartório, porque afirmávamos um país agrícola, majoritariamente um país rural, e dizíamos que as cidades são uma espécie de “rabo” do desenvolvimento rural.

Então, eu propus a tese inversa, disse “isso é um equívoco, as cidades é que governam de fato”. Embora o país seja, realmente, uma economia agrícola. O fato de que é uma economia agrícola voltada para exportação, sobretudo do ponto de vista econômico, deu às cidades uma relevância que o modelo agrícola, em geral, não explicava sozinho. O Brasil era uma colônia de exportação. Isso deu às cidades uma importância enorme desde o princípio da colônia. E por aí eu fui alinhando argumentos em torno da intervenção do Estado na cidade. Todo mundo só pensa a intervenção do Estado na economia “por fora” da cidade. A minha intenção era mostrar que não. Uma das intervenções mais importantes é, exatamente, a criação das cidades. E fui dando os exemplos, basicamente, a partir do Rio de Janeiro. O Rio é uma criação estatal. O fato de ter sido capital durante quatro séculos – Salvador saiu logo do circuito – deu esse protagonismo ao Rio, as outras cidades brasileiras o imitavam. Isso e depois a industrialização... Aí ‘casa Bedé com Tomé’. Aí é cidade mesmo.

LD - E este referencial analítico da intervenção do Estado na criação das cidades serve também para as cidades de interior? Não estamos falando apenas das cidades ligadas ao litoral?

Serve para o interior também.

LD - As cidades mais ligadas à dinâmica rural são da mesma maneira intervenção do Estado?

Em grande medida são intervenção do Estado. Se tomarmos o Estado de São Paulo – que, enfim, todo mundo pode pensar que São Paulo daria um modelo liberal, mas não deu – não tem nada de liberalismo. As cidades no interior de São Paulo são todas invenções do Estado. Através de quê? De novo, através de ligação com a exportação, em primeiro lugar. Hoje as melhores cidades de São Paulo estão todas ligadas às ferrovias. Eram ferrovias privadas, sobretudo inglesas, mas logo foram estatizadas. E são elas que explicam o desenvolvimento urbano do interior de São Paulo. Vamos pegar essa história,

o rosário de cidades ligadas pela Mogiana, pela Sorocabana, tudo ligado ao café, às atividades de exportação e ao subsídio que o Estado dava, mesmo quando as rodovias eram privadas. Esse é um forte fator de urbanização.

LD - E sobre a ideia de exceção?

A ideia de exceção vem de outra matriz. É uma leitura de Carl Schmitt em que eu estava muito interessado naquela época. O que eu afirmava é que tudo na constituição da cidade se configura como exceção, mesmo que não pareça. Podemos, por exemplo, pegar uma coisa urbana (que os urbanistas não pensam como urbano) que é o problema da mão de obra. Esta é uma grande intervenção estatal na economia relacionada à regulação do conflito básico, que entrou pela cidade na transferência do eixo da economia do rural para o urbano. Um exemplo é a previdência social.

É uma exceção que cria a cidade. Você regula o conflito de classes e a partir daí vem tudo. E essa regulação se dá, sobretudo, pela violência. Aí é exceção mesmo, quer dizer, a maior parte dos cidadãos está fora da regra. Ao contrário do bordão medieval “o ar das cidades faz os homens livres”, a cidade vira o lugar central da repressão e do cerceamento da cidadania. Parece o contrário, também porque é nesse momento que começam a se afirmar certos direitos dos cidadãos. Mas a via é sempre a exceção, você instaura direitos pra regular a exceção. Daí há uma grande ligação que o conceito de exceção pode ajudar muito a explicar a urbanização.

LD - O artigo “O Estado e o Urbano no Brasil” tem 20 anos. O que muda de lá pra cá nesta relação, considerando que tivemos, por exemplo, a anistia e uma Constituição neste meio de caminho? Como muda o papel da sociedade civil depois de 1982?

Há uma falsa liberalização. Você tocou num ponto muito importante porque sociedade civil virou sinônimo de liberdade...

LD - Criou-se a possibilidade de intervenção no Estado?

Possibilidade de a cidadania intervir nas coisas do Estado é uma interpretação liberal, porque em Marx sociedade civil é quase igual à burguesia. Então, veio essa aura de que nós estamos criando uma sociedade civil, nós estamos ficando mais burgueses e os direitos de cidadãos estão assomando à superfície, submergidos que estavam há tanto tempo. Isso é uma ilusão. Eu não nego que há novas ações cidadãs, que, digamos, atenuaram o peso da assertiva opressão estatal. Mas, na maior parte dos casos, você tem uma extensão das regulações

que é fantástica. É fantástica. Eu tenho dois exemplos bastante banais para te mostrar isso.

Esses exemplos não vêm do urbano, vêm de outra área. Ou talvez venham, sim, do urbano. Tentem comprar ou vender uma casa. Não há operação mais complicada. É um inferno. Isto no mundo liberal se resolve como operação de compra e venda. No Brasil, não. Você tem que provar que não roubou até a quinta geração. E isso combina, em primeiro lugar, com nossa herança histórica, com o fato de que o governo português intervinha em tudo. Para dizer de uma forma bastante agressiva, este aqui era um país de negros. Você não tinha propriedade privada, propriamente. Esse conceito de propriedade privada que é funcional em economias liberais, aqui é falso. O país era uma propriedade.

Então, o ponto é este: tente comprar e vender um imóvel. Aí está toda a intervenção do Estado. Tudo isso se expandiu. O que não podia deixar de acontecer, a não ser que tivesse havido de fato uma revolução burguesa.

Joana Barros - E como isso dialoga com a leitura de muitos movimentos sociais, e também de setores da academia, dos urbanistas, que justamente afirmam que na cidade dos pobres falta a intervenção do Estado, e por isto, reivindica-se que o Estado intervenha para garantir o direito dos cidadãos: moradia, água, luz e até propriedade?

O fato básico no mundo burguês, capitalista, é a propriedade. É a propriedade que define tudo. Como ela não existe aqui, você tem que se virar. A pobreza, o que faz? Se vira num mundo legal.

JB - O que é uma intervenção estatal também, não?

A ilegalidade? É, deixar se virar. Mas, como se diz, a vida é mais forte do que a arte. Você tem que viver. E, portanto, tem que fazer aquelas coisas, e vai fazendo, como eu escrevi agora, “dando jeitinho”. Você vai dando jeitinho, porque não tem lei. Isso é rigorosamente uma cidade de faroeste. É paradoxal porque tudo no Estado português, num estado absolutista, é regulado pela lei. A lei é uma vontade soberana. Como aqui desapareceu o soberano, é a lei que voga. Mas só que não tem lei porque não tem propriedade burguesa. E aí você vai improvisando. Vira esse Estado que é também de exceção porque é tudo feito por fora da lei. Para quê? Para atender a uma necessidade.

JB - Então, você está dizendo que há transgressão da lei na própria maneira de produzir leis?

É, você só pode fazer transgredindo a lei, porque não tem a propriedade. Daí deriva quase tudo. Como você vai fazer? Legalizar uma invasão.

LD - O senhor acha que a própria produção das leis é para burlar as leis, pra gerar exceção?

É. É a vida que obriga. Você não pode ter um país desse tamanho com índice de crescimento que tem – o Brasil foi a segunda economia que mais cresceu no mundo durante um século. É a segunda taxa de crescimento mais alta e contínua no mundo capitalista. Como é que é possível fazer isso? Só transgredindo. Quase todas as atividades, olhadas de um ponto de vista liberal, são transgressões. Olhadas de outro ponto de vista são a formação dessa sociedade. Porque tudo é assim.

O outro exemplo vem de um lugar completamente diferente. Um empréstimo no Banco do Brasil pra comprar um apartamento. Imagine o que é que pediram a minha esposa? Force a tua imaginação... Não pediram nada que tenha a ver com a propriedade. Exatamente porque não tem propriedade. Surpreendam-se: pediram a ela pra provar que ela estava curada de uma doença. Quer dizer, é uma sucessiva invenção da lei pela transgressão.

LD - Em 1982, você acaba o texto "O Estado e o urbano no Brasil" escrevendo sobre uma aposta na sociedade civil. Isto foi pouco antes do começo dos primeiros movimentos de moradia, movimentos de saneamento, essa coisa toda, que vão dar origem, 15 anos depois, ao Estatuto da Cidade, ao Fórum Nacional de Reforma Urbana... Movimentos que dão origem a organizações e a agenda política da Reforma Urbana, que, em certa medida, pede regulação pública e intervenção estatal sobre o espaço urbano. Diante da sua constatação de que o urbano é um produto da ação estatal e diante da constatação de que as cidades são produzidas sob uma lógica de exceção, o que significa essa montagem, esse arcabouço institucional e político que se construiu nesses 20 anos? O que ele prometia e o que ele virou?

Ele significa, pra nossa própria decepção – eu digo nossa no sentido de que a gente entrou nessa luta, todo mundo entrou, somos todos da esquerda – significa uma coisa paradoxal. Significa que nós estamos pedindo propriedade. Quer dizer, a ausência da propriedade mercantil nos levou, a todo progressismo, a pedir regulação. Pedir regulação é o outro nome de pedir propriedade. Nós estamos atrás desse sonho burguês de que a propriedade seja uma espécie de âncora da cidadania, que é o que acontece no mundo liberal. No mundo liberal, a âncora da cidadania é a propriedade. A gente tem dificuldade de

pensar assim porque isso é antiprogressista. Mas uma interpretação marxista rigorosa sabe que a âncora da cidadania é a propriedade. Quem é o maior expoente disso? [John] Locke. É um grande teórico liberal, os outros teóricos liberais põem a coisa de cabeça pra baixo, põem a liberdade em primeiro lugar e tal... Locke, não. Ele põe a propriedade em primeiro lugar.

JB - Textualmente.

Textualmente. É a propriedade que faz a cidadania. Evidentemente, ao longo do desenvolvimento em que os cidadãos se apropriam há uma inversão. Tanto que na legislação liberal não se exige a demonstração da propriedade. Agora não, mas se exigia. Se exigia, porque a propriedade é a âncora da cidadania. Em outras palavras, em termos marxistas, a liberdade nasceu da propriedade. E não ao contrário. Então, aqui no Brasil, como não tinha propriedade, uma sociedade de escravos não tem propriedade, não precisa demonstrar que detêm propriedade. Na Colônia e até a Abolição não se tinha que mostrar a propriedade da terra. Você tinha que demonstrar a propriedade dos escravos. Essa era a âncora da onde surgiu a cidadania brasileira. Isso tem consequências para o urbano, desse ponto de vista que vocês falam. O progressismo teve que lutar pra simular uma propriedade que não existia, para poder regular as outras atividades. Se tivesse propriedade, estava tudo resolvido. Mas não havia. Aí chega nesse extremo. Você quer comprar um apartamento, vai ao banco pede o dinheiro emprestado e o banco exige que você prove que não é doente.

JB - Na verdade temos vinte anos de montagem de uma pauta que é quase como se precisasse fazer primeiro a invenção da propriedade pra poder depois questionar. E a sensação que eu tenho é que a gente parou na primeira volta. Todo o debate dos programas habitacionais, em nenhum momento, discute a propriedade privada. Não há nenhum que avance. Isso foi um debate no começo da gestão Erundina aqui em São Paulo, na qual discutiu-se a tal da propriedade coletiva. E ela 'mingua', não é uma questão pra população, pros trabalhadores...

A propriedade coletiva?

JB - Não é porque não está no horizonte.

Não está no horizonte. Quer dizer, aí vale o velho ditado: o povo não é besta. Não tem nenhuma grande iluminação, mas você se topa, esbarra todo tempo com obstáculo. Vá querer fazer um negócio e dizer que aquilo que é seu não é seu, é de mais vinte...

Então, a enorme dificuldade com a qual o progressismo se enfrentou foi essa. É uma coisa paradoxal que a gente tivesse lutado durante tanto tempo pra constituir a propriedade, a qual nós somos contra, para poder fixar certos direitos de cidadãos. Não é para outra coisa. Para você constituir esse movimento todo era preciso demonstrar que por trás está a propriedade, que é uma forma arresgada do mesmo princípio liberal. Não estávamos inventando uma coisa. A gente estava seguindo um roteiro que é um roteiro liberal, com a falta da propriedade. Só isso. Isso trás toda a dificuldade. Daí a enorme presença estatal. Esse urbano como intervenção estatal vem desta dificuldade, basicamente. Então, a cada momento você tem que regular relações que são simples, são relações de compra e venda.

LD - Inclusive quando você cria essa quantidade enorme de conselhos, mecanismos de participação, tentativas de influir no Estado...

É, é uma tentativa de criar uma espécie de estrutura ausente. Não tem essa estrutura na sociedade. Você tem que criá-la pra poder fazer movimento. Então pra fazer movimento pela água, movimento pelo não sei o quê, você tem que inventar um conjunto de regulações que já são simuladas. É uma simulação de uma situação que não existe. A partir daí, a força do movimento cidadão cria. Mas tem que simular toda uma estrutura que está ausente. Porque quem estava certo era o Locke, não era o [Jean Jacques] Rousseau, a cidadania vem da propriedade. O modo escravista sabia disso. Na transição para o modo capitalista, já não se sabia mais disso. Então, a informalidade é isso. Como que você vai demonstrar propriedade numa estrutura de sociedade em que 50% estão no trabalho informal? Não tem como demonstrar. Isso não é uma coisa pra gente chorar as pitangas. Isso é uma vitória: em cima da ausência, construir direitos cidadãos.

LD - Nos últimos 20 anos foram construídos direitos, mas isso não impede o surgimento de cada vez mais conflitos na cidade. Ao mesmo tempo, acho que não vemos resistência ao modelo imposto por políticas tipo PAC, Minha Casa Minha Vida...

O fato básico é a ausência de propriedade. Você tem que simular o tempo todo um direito que, na verdade, realmente não existe. Isso deve ser saudado como uma construção propriamente política. Mas ele não tá ancorado em nada. Então você tem que inventar todas as formas de faz de conta para afirmar que tem uma propriedade ali. Mas não tem. Hoje a coisa é muito mais simulada. Mas na formulação dos negócios no Brasil existe um termo que diz tudo. Esse termo é “bens reais”. Hoje é difícil que se vá a qualquer banco, e o gerente te perguntar dos seus bens reais. Mas antes era comum. “Bens reais”

era a palavra e o conceito chave pra você fazer um negócio. Quais são seus bens reais? Nem a propriedade de títulos era considerada bem real. Só terra. Tem terra? Tem casa? Ou tem uma fábrica? Isso é um bem real. Hoje você pode ir a um banco e investigam sua renda, não sei o que e tal. Mas nem bens financeiros eram considerados como garantia do que você quisesse fazer. Só o bem real. Ora, numa sociedade que foi fundada exatamente sobre a negação da propriedade, construir isso é um artifício político da maior força. Mas, por isso mesmo, todo tempo este artifício é testado, de várias formas.

LD - Não sei se essa chamada 'nova classe média' tem bens reais a apresentar. Esses dias eu li que o crescimento da classe média nas favelas, por exemplo, no Rio de Janeiro. É enorme o número de moradores de classe média nas favelas, segundo as estatísticas. Gostaria que falasse dessa ideia de classe média, e da comemoração do crescimento da classe média.

Olha, primeiro, a classe média é um conceito fraco. É um conceito fraco porque as ciências sociais, tanto na sua versão liberal quanto na sua versão mais dura, na sua versão mais marxista, não sabem dar nome a esse bolo de gente que vive entre o proletariado e a burguesia. Aí chamaram isso de média porque está no meio. Não é média do ponto de vista estatístico ou aritmético, é porque está no meio. Média aí quer dizer meio. É um conceito fraco que não consegue dar conta dessa multidão de ocupações e profissões, que foram surgindo entre os dois extremos. E aí virou carne de vaca. Então esse uso é um uso muito livre, muito frouxo de um conceito que pede muito rigor. Uma das coisas mais difíceis de você fazer em sociologia é definir uma classe. É uma dificuldade enorme para você encontrar essa figura no mundo real. É preciso fantasiá-la. Porque classe supõe um lugar na produção, classe supõe uma vivência comum, classe supõe um projeto comum. Quer dizer, são tantas as condições que pra isso tudo encarnar num conjunto de pessoas reais, é extremamente difícil. Mas, a média, não. Porque está entre alguns extremos que você também não sabe definir. Esse uso, portanto, de um lado é bom porque ajuda o resto da sociedade a entender que ela é mais complexa do que se pensa. Mas é um conceito frouxo. Agora a classe média está sendo definida, sobretudo, a partir do fenômeno do consumo. O pessoal que lida com o campo do consumidor sabe há muito tempo, você estratifica segundo a posse de certos bens. Antigamente era mais fácil: tem geladeira, tem fogão... É a tabela do IBGE. É uma coisa contraditória porque, sociologicamente, quer dizer muita coisa e conceitualmente não quer dizer nada. Mas expressa essa sensação de que o meio está crescendo.

LD - E gera uma sensação no senso comum de que estão todos sendo incluídos, de que não há nenhum conflito porque a inclusão está acontecendo também.

Gera também essa sensação de que está todo mundo melhorando, não precisamos ter conflitos, portanto. Isso já é uma dedução mais liberal. A rigor, essa nova classe média é um furdúncio de conflito que não tem tamanho. Mas essa sensação de que tem muito agora, anula a percepção dos conflitos. Na verdade, a emergência da nova classe média podia ser traduzida em a emergência da sociedade de conflito no Brasil. Porque conflito entre dois extremos (burgueses e trabalhadores) não existe. Não se pegam a tapa os dois extremos da estrutura social. Pelo contrário, é aí que não tem conflito, exatamente porque, voltando ao nosso tema, nos dois extremos da estrutura social sabe-se que é a propriedade que diz. Burguês sabe que a propriedade lhe “dá” direito de mandar nos outros, de bater, de mandar matar e tal. E o extremo do proletariado sabe que não tem propriedade. Aí, nesta polaridade é que não tem conflito. Não tem um conflito aberto. Tem um conflito de classes, mas que se forma de outra maneira. Quando você está com essa sensação de que o meio está crescendo, aí é que está o conflito. Mas todo mundo julga nessa sensação de euforia que todo mundo pode ter o que antes era privilégio de uma minoria.

É ambíguo, portanto, porque informa do crescimento da complexidade da sociedade, mas informa através de um conceito que é falso. Porque isso não constitui propriamente uma classe.

LD - Apesar de ser um país que tem 80 % da população vivendo em cidades, outro debate em voga, além da questão da 'classe média', é a ideia de reprimarização da economia. Existe uma mudança na economia brasileira que faz existir mesmo uma reprimarização da economia?

Não, não existe. Isso é a gente que diz, pra poder ter alguma arma de luta. Não existe.

LD - E por que existe tanta desconexão entre o debate do agrário e do urbano nos movimentos também? É como se não existisse relação entre o agrário e o urbano.

Não existe porque não existe mais o agrário. A gente fala porque a nossa profissão fala. Mas não existe.

JB - E o que significa o Brasil ser recordista de exportação de soja?

Isso é a industrialização do campo. Isso o velho Marx já sabia. A indústria chega ao campo e industrializa as antigas atividades primárias. Você tem

exportação de soja, isso não é uma atividade primária. Os economistas são melhores do que os sociólogos pra isso. Eles falam da produção de bens de baixo valor agregado. Mas isso não significa, de alguma maneira, que são coisas primárias. Quer dizer, industrializar nessa escala a agricultura brasileira, é indústria que faz isso.

Começa desde o princípio. Você não tem mais o agricultor que guarda parte de sua produção como semente. De jeito nenhum. Você tem empresas agora que vendem semente, empresa cuja especialidade é produzir sementes. E daí pra frente é toda uma sequência de atividades propriamente industriais. Mas os economistas sabem: de baixo valor agregado. Quer dizer, são atividades industriais de baixa remuneração, são atividades industriais em que a divisão social do trabalho continua sendo mais primária do que a da indústria, que você usa por comparação. Não se parece de jeito nenhum com a antiga agricultura brasileira. É isso que explica o crescimento da economia.

JB - Atividade de indução da economia que mais uma vez é feita pelo Estado...

Mais uma vez é feita pelo Estado. Não só porque é onde se tem dinheiro pra investir, não só por isso. Mas por uma coisa que nem os economistas pensam: é uma atividade a fundo perdido. Se der certo, ótimo. Se não der, o gasto foi feito. E o efeito do gasto já é desenvolvimentista.

JB - E se eu junto esta análise com o crescimento do Brasil na América Latina para produção de minério, de energia e de petróleo? Estamos também falando de industrialização e não de produção primária?

Não, não é produção primária. Se a gente quiser ser ufanista, tirar petróleo do mar é uma das coisas mais complicadas. É preciso usar a palavra mágica: precisa de uma tecnologia extremamente complexa. Se o Brasil soubesse aproveitar de outro jeito, estava tirando vantagem dessa história, porque só quem detém isso é o Brasil, a Inglaterra e a Noruega. Não é brincadeira você tirar petróleo de sete mil metros abaixo do nível do mar. É uma atividade de uma complexidade incrível. Deste ponto de vista da racionalidade técnica, o país tinha que estender isso como uma mancha de óleo, quer dizer, em outras palavras, tecnificar o resto das atividades. Se não é feito, é porque com o que você faz, já dá pro gasto. Quer dizer, em outras palavras, o domínio econômico da burguesia 'já dá pro gasto' com o que eles fazem. E a Petrobras não se estende como mancha de óleo pro resto das atividades. Mas é uma atividade extremamente complexa.

JB - E no caso do petróleo, mais uma atividade com intervenção direta do Estado.

Aí a gente chega no debate sobre o desenvolvimento. A expansão dessas atividades tem gerado conflitos com povos, culturas. A expansão da soja, os agricultores no Mato Grosso têm problemas imensos com isso. Na Amazônia, desmatamento, mineração. Enfim, uma quantidade de conflitos em torno da expansão dessas novas fronteiras produtivas, que de alguma maneira aparecem como um conflito político que não têm relação com as cidades. Mas o debate sobre desenvolvimento deveria ser um debate urbano, mas sumiu da pauta. O que é essa desconexão, Chico, desses conflitos que aparecem nesses novos territórios?

Significa que o mundo agrário perdeu. Quer dizer, finalmente, esse é um país urbano, de economia urbana e de interesses urbanos. O velho mundo agrário perdeu. Por isso não aparece mais esse conflito. Só aparece aí nas suas fronteiras. Só aparece em cima dos povos indígenas, só aparece em cima do que resta do velho campesinato ou de pequenos produtores. Eles perderam.

LD - E por que o debate sobre o desenvolvimento de uma maneira mais ampla desaparece da pauta dos movimentos urbanos, dos movimentos de moradia?

Porque o debate só aparece quando o conflito é real. Por que dos anos 1930 até os anos 1970 o debate sobre o desenvolvimento era crucial no Brasil? Neste período se deram as grandes contribuições de interpretação do Brasil e do desenvolvimento, que o marxismo perdeu. Quem ganhou foi a versão cepalina. Nem a versão liberal ganhou. Perderam as versões liberal e marxista. A versão do marxismo propunha, o que foi uma perda teórica enorme, um desenvolvimento por etapas, o famoso etapismo stalinista. Isso perdeu. Perdeu porque o desenvolvimento aqui não seguia etapismo nenhum. E perdeu a versão liberal porque, ao contrário de desamarrar, o desenvolvimento é todo amarrado. Olhem para a gestão Fernando Henrique, que tentou governar de uma forma neoliberal: deu em desastre. Perderam-se os manches do controle estatal e não se ganhou nada em troca. Quem ganhou foi a versão cepalina, que é uma interpretação que devia ter cabido ao marxismo, mas o enrijecimento e o soviétismo dessa interpretação não deixou ver. Então, veio uma versão com uma pitada de marxismo, mas, sobretudo, uma pitada forte de keynesianismo, que achou a resposta. Mas exatamente aí ela foi fértil porque o conflito de interesses era forte. Agora não é mais. E o que a esquerda tem a dizer sobre desenvolvimento do capitalismo no Brasil? Nada.

Nos últimos 20 anos a gente foi do PT, e que o PT disse sobre economia brasileira? Nada. Rigorosamente nada, não tinha nada a dizer porque o conflito tinha sido superado. É como diria o Oswald de Andrade: “Ganhou o garçom de costeleta”. A vitória do PT é essa que, a dizer num palavrão,

não dá tesão em ninguém. Quem está entusiasmado com essas mudanças? A esquerda vai dizer o quê? Esse conflito na versão de hoje ganhou o garçom de costeletas... Coisa brega, até certo ponto, mas foi o que ganhou. Daí não dá debate nenhum. Quais são as grandes discussões que ocorrem sobre sociedade e a economia brasileiras? Nenhuma. Não tem um conflito de interesses poderoso. A gente fica agora tentando criar, dizendo que o financeiro está contra o produtivo e tal. É falso. Não tem esse conflito.

LD - E sujeitos emergentes no cenário urbano de luta pela cidade, pelo direito à cidade. Existem? Se sim, quem eles são? São jovens, são os movimentos de cultura?

Não... Tudo isso é bonito. O que existe, e existe, são esses conflitos produzidos pela franja dos mais pobres. É esse o conflito que existe. E não é só da franja mais pobre com a franja mais rica. É muito mais dessa franja mais pobre com isso que foi chamado de nova classe média. Esse é o conflito urbano. Esse conflito urbano não produz política. Então você vê que o discurso político no Brasil é inteiramente vazio. Inteiramente vazio porque não pode assumir o lado da nova classe média e não assume o lado da franja pobre. Para assumir o lado da franja mais pobre é preciso um radicalismo que está acima de qualquer porção da sociedade brasileira. Para assumir discurso da franja mais pobre, tinha que mandar tacar fogo no resto.

Não há sujeitos na sociedade que tenham esse projeto. A esquerda não tem. Conjunto de projetos da esquerda, se é que ainda existe alguma ainda no Brasil, é assumido por qualquer ONG.

JB - O que causa surpresa é o que hoje dizemos ser a pauta mais rebaixada, que é o Brasil sem Miséria, o Fome Zero. Mas, de fato, foi a pauta da Campanha da Solidariedade contra a Fome que fazia pensar sobre coisas importantes, inclusive sobre a política de desenvolvimento no país. O que me leva a pensar que o problema talvez não seja o conteúdo, mas também a maneira como a gente, a partir desses programas ou dessas agendas políticas, consegue intervir e pensar uma política de verdade e não o remendo da reforma. Passamos trinta anos, desde 1982 até agora, construindo esse arcabouço: Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano, Política Nacional de Habitação, temos um Conselho Nacional de Cidades, Conselhos Estaduais, Conselhos Municipais. É uma engrenagem e mesmo isso não aparece politicamente. E disto as cidades aparecem dessa maneira, mornas, sem conflito. Qual é o lugar desse conflito urbano? O que nos faz olhar pros conflitos nessas franjas e pensar se são conflitos efetivos?

Eles são conflitos efetivos. Mas daí não vai sair política nenhuma. Porque eles

perderam a centralidade. Por que a reforma agrária era central nos conflitos brasileiros? Por que ela estava presente nos discursos? Você encontra resposta na mesa. Porque na minha mesa não tem mais nenhum produto da economia camponesa. Então, eu estou brigando contra quem? A reforma agrária aparecia exatamente porque era o conflito da industrialização crescendo sobre as franjas, que não era a franja, era o Brasil quase todo. Ela tinha uma centralidade enorme, real. Cada modificação numa parte da agricultura refletia na sua mesa. Então, aquela discussão te interessava. Hoje não interessa. Vou discutir a questão da carne no Brasil? O maior exportador de carne do mundo! E as franjas não têm centralidade. A gente está a favor da luta de autonomia dos povos da floresta por outras razões, não porque eles sejam centrais pra economia brasileira. Não são. Não são. Se você olhar o mapa de Mato Grosso, é um desastre monumental. É todo devastado. Mas dali sai a soja. E aí danou-se.

JB - A Fundação Rosa Luxemburgo tem proposto um debate e lançou um livro chamado "Para além do desenvolvimento", discutindo formas de desenvolvimento contra este desenvolvimento. É uma alternativa ao desenvolvimento. E em certa medida essa crítica caminha na direção de uma crítica epistemológica, ou uma crítica civilizatória ao capitalismo, dizendo que há uma falência civilizatória do capitalismo, que as lutas dos povos originários e dos povos da floresta conformariam esse caldo político de uma nova sociedade que mostra o esgotamento da sociedade ocidental. Parte dos movimentos com os quais temos lidado, inclusive com os movimentos urbanos, movimentos de juventude, movimentos que estão nas franjas da cidade, tem, digamos, uma inspiração nesse debate. O que é isso, efetivamente? Como você vê uma proposta desse tipo, uma análise desse tipo do desenvolvimento capitalista e das possibilidades de isso virar política efetivamente?

Você retoma a crítica radical ao capitalismo que está na tradição da esquerda, é a sua raiz. E retomar a essa tradição significa propor de novo o socialismo. O que nós não estamos achando é o chão para pisar, é qual socialismo. Quer dizer: o fracasso da União Soviética, a esse respeito, foi uma coisa devastadora. Que discurso eu posso ter diante do stalinismo? Que discurso eu posso ter? Então vocês, por favor, não compareçam mais ali onde eu vou falar, porque eu só vou falar besteira. Eu não tenho nada, efetivamente, a propor. Eu posso ter uma crítica brilhante - que é o que todo mundo diz -, mas que não passa daí. Até que ponto de uma crítica radical do capitalismo, tomando a velha raiz socialista, pode emergir de novo na sociedade é uma interrogação. A gente não vê. Porque falta o sujeito da história. Falta o sujeito. Sem isso, tudo que eu disser nas conferências da USP é retórica. É uma elaboração sofisticada, mas não diz nada. Não diz nada. Eu posso chegar no auditório da USP e dizer

“viva o socialismo”? Eles me botam pra fora, a reitoria e os alunos. É como no samba do Chico Buarque: “O bloco dos napoleões retintos”. Não tem base.

JB - É quase uma volta a uma ancestralidade que de fato se perdeu...

É. E o paradoxo é que de fato o capitalismo vai mostrando sua desgraça por todos os poros, seu caráter predatório, destrutivo, alienante no sentido fetichista, no sentido mais forte. Mas é o efeito fetichista que cria essa euforia.

JB - E a euforia com as UPPs e com essa “retomada” do território do tráfico?

É uma guerra contra os pobres. É uma guerra contra os pobres, quer dizer, a sociedade brasileira na sua parte dominante - e o triste é que inclui hoje uma grande parte do proletariado - quer eliminar os pobres. Mas quer eliminar fisicamente. Não quer eliminar ideologicamente. Quer eliminar fisicamente. UPP é isso. Na sua expressão mais radical. Tem todos os argumentos e eu não serei capaz de desenvolver nenhum contra-argumento. Evidentemente, tem tráfico. Evidentemente, o tráfico é uma praga. Evidentemente, o tráfico mata. Evidentemente - ou menos evidentemente digamos assim -, o tráfico é um negócio. Trata-se de eliminar os pobres, que estão - por condições da própria miséria - no meio do tráfico sem ter nada que ver com aquilo. Não são os agentes disso. Sem nenhuma concessão, eu não sou do tipo que faço caridade para estar bem com os pobres. Não é porque são bonzinhos, não. Eles não têm nada a ver com isso porque eles não podem mover os milhões ou bilhões que o tráfico mostra. O que os pobres do Rio têm que ver com o tráfico? Nada e tudo. Porque é de novo a exceção. Você não vê isso nos Estados Unidos. O tráfico e o comércio ilegal de drogas não se valem dos pobres nos Estados Unidos pra existir, aquilo é uma organização à parte. E não meta a mão porque é se dar mal.

JB - Agora, aqui no Brasil tem uma “vantagem adicional” com essa coisa das UPPs: você retoma alguns territórios e mercantiliza esses territórios. O Itaú faz propaganda do bicicletário dentro da Rocinha e de ter aberto sua primeira agência na Rocinha. No Alemão tem agência de todos os bancos.

É uma guerra contra os pobres. Não é outra coisa. Reduzida à sua última expressão. Mas quem pode ser contra? Você pode ser contra? Não, porque de fato o tráfico corrompe, mata... Então, é difícil. É meio que combater o Bolsa Família. Quem vai ser contra o Bolsa Família? Você está de barriga cheia, vai ser contra o Bolsa Família? É a mesma coisa que o tráfico. O que os pobres têm que ver? Tudo e nada: eles são a forma. Enquanto nos Estados Unidos o negocio de droga é outro departamento, ninguém se mete, não tem pobre

traficante de droga nos Estados Unidos, aqui tem. É só ver aquela cena da ocupação do Alemão: todos correndo, de chinelo, como diria José Simão, estão atrás da nação brasileira. É uma coisa tragicômica.

JB - Se você pensar que os ditos facínoras eram adolescentes magricelos...

Pois é, uma guerra contra os pobres. Nós chegamos a um ponto em que... Nos Estados Unidos eles já passaram por isso, tanto que tráfico e pobre não tem nada a ver, são dois departamentos diferentes. Aqui só é mais parecido com a Itália, donde veio o negócio de misturar pobreza com tráfico, com ilegalidade. Mas nos Estados Unidos não tem nada que ver, você não pode meter a mão ali, meteu a mão ali, é liquidado. E o México, diz Manolo, vai se livrar desta relação. Enquanto isso, o governo mexicano desenvolve uma guerra que é uma guerra contra os pobres: morre todo dia gente no México, liquidada pelo exército mexicano. É o exército mexicano, que não tem o que fazer. O México é trágico, de qualquer ponto de vista. Nem o exército tem nada que fazer, não pode pretender uma guerra contra os Estados Unidos, então faz o quê? Faz lutar contra os pobres do seu país, eliminar o tráfico. Ele corre o risco de se eliminar.

JB - Tudo isso faz pensar sobre o que é a relação do Estado com o urbano hoje. Porque aparentemente some uma centralidade do território, é como se não fosse preciso o controle territorial nem induzir políticas de crescimento econômico. O que é esse lugar então do urbano hoje? É da desnecessidade?

Não, é da exceção.

JB - Mas ainda o urbano é fundamental para uma determinada forma de reproduzir o capital?

É, ainda é fundamental. Mas é exceção. Evidentemente porque toma formas mais sofisticadas, sobretudo quando toma forma financeira, aí a ligação é mais sutil. Você não precisa de controle territorial, não na forma antiga.

Quer dizer, de novo é uma tentativa de mercantilização. Se a gente pega lá os estudos da Mariana Fix sobre o porquê da crise imobiliária de 2001 nos Estados Unidos, a crise se explica porque mercantilizou de tal maneira a casa, os imóveis, que você estoura o sistema. No Brasil, você tem uma contenção disso, justamente pelo que você estava falando antes, porque não tem propriedade. Nunca teve. Nos Estados Unidos viveu-se a crise da hipoteca *subprime*. Foi a China colocando dinheiro barato nos Estados Unidos, tem um excedente formidável, empurrando dinheiro em cima do FED. Você não

toma dinheiro emprestado pra ficar com ele debaixo do colchão. Quem fazia isso era minha bisavó... Então, eles tiveram que emprestar e começaram a cair as taxas de juros a zero. Entretanto, a renda dos norte-americanos não crescia. Aí, produziu o impasse. Os americanos deixaram de poder pagar sua hipoteca, o que é uma coisa catastrófica. Quebra tudo. Quebra tudo e quebrar tudo nos Estados Unidos por esse lado é uma coisa que destrói a imagem americana que a gente acostumou a ver no cinema. Está destruída. O americano, sua casa, suas cercas brancas, seu automóvel: é o coração da América. Aqui não dá pra fazer isso porque não tem propriedade, nestes moldes. Nos Estados Unidos é tudo na base de hipoteca. Se houver problema, você pode vender a sua hipoteca a outro. Aqui, vender pra quem?

John Locke (1632 - 1704) foi um filósofo Inglês, cujas ideias ainda influenciam o debate nas questões epistêmicas e na teoria política. As obras mais conhecidas desse filósofo que participou ativamente das transformações políticas na Inglaterra são o *Ensaio Acerca do entendimento Humano* e *Dois Tratados sobre o Governo*. No primeiro, encontra-se o fundamento do empirismo em oposição ao inatismo defendido pelos racionalistas da sua época. No segundo, as ideias políticas que contribuíram para a derrocada do Estado absolutista, para assegurar a liberdade religiosa e justificar a importância da participação da sociedade civil, através das instituições representativas, nas decisões do Estado que garantissem o bem comum. Seu pensamento inspirou as revoluções burguesas na Inglaterra, nos Estados Unidos e na França. A tese central, que estrutura o pensamento de Locke, com consequências até hoje, afirma que todo ser humano livre, ao nascer, é dotado de direitos naturais, a saber, o direito à vida, à liberdade e à propriedade. Essas são ideias que constituem a base dos direitos civis e do liberalismo contemporâneo radicalizado, no início da década de 1980, com os governos neoliberais de Margaret Thatcher e Ronald Reagan.

No entanto, devemos ser cuidadosos ao analisar a compreensão e importância que Locke dá ao direito natural de propriedade. J. Locke era um ideólogo de uma burguesia emergente, contendora da aristocracia rural e, mesmo defendendo a liberdade religiosa,

era um cristão. Como muito bem afirmou o sociólogo Francisco de Oliveira, na entrevista ao lado, a ideia de propriedade, essencial no pensamento de Locke, foi reconfigurada. Pois, ao contrário do que ocorre nos dias atuais, em nossas cidades e no campo, em que o acesso à propriedade é bloqueado para o conjunto da população, para Locke a propriedade da terra era essencial – um bem comum com valor equivalente aos demais direitos naturais. Em seu pensamento, já havia em germe a importância do trabalho, como algo que ao ser desenvolvido dava valor aos bens comuns dispostos em estado natural, como, por exemplo, a terra. Portanto, para o filósofo Inglês, trabalho e propriedade estão imbricados. O trabalho humano é um dom natural, que, ao ser empreendido no cultivo de bens para a existência, valoriza a propriedade.

Assim, a terra é um bem tão importante quanto o direito à vida e à liberdade. Isso significa que para Locke é uma contradição a constituição de uma sociedade civil sem que as pessoas possuam uma propriedade de terra. Os ideólogos liberais da atualidade, ao citarem o “pai” do liberalismo, ignoram essas ideias. Finalizamos com um fragmento do próprio Locke:

“Deus, que deu o mundo aos homens em comum, também lhes deu a razão para que o utilizassem para maior proveito da vida e da própria conveniência. Concedeu-se a terra e tudo quanto a ela contém ao homem para sustento e conforto e existência. (...) Embora a terra e todas as criaturas inferiores sejam comuns a todos os homens, cada homem tem uma propriedade em sua própria pessoa; a esta ninguém tem qualquer direito senão ele mesmo.¹”

1 Fragmento contido nos §§26-27, do capítulo V, da segunda parte da obra *Dois Tratados sobre Governo*.

Mestre Chico – apontamentos e reflexões

Cibele Saliba Rizek¹



Favela do Moinho - São Paulo/SP

Marcelo Camargo/ABr

Seguindo os passos de Chico, n'A *Crítica*: a especificidade do capitalismo no Brasil

Alguns temas presentes na obra já clássica de Francisco de Oliveira atravessam a história e a reflexão crítica brasileiras. Um desses temas é a especificidade da industrialização no Brasil que conduziu um conjunto de argumentos sobre o processo de modernização da economia e das classes, sobre o que é o moderno e o que é arcaico, sobre as relações entre o peso do passado e cada um dos desafios do presente e, por consequência, sobre as formas e as particularidades, possibilidades e impossibilidades da dominação burguesa no Brasil. Dessa perspectiva, pensar a industrialização era também – no âmbito dos anos setenta – não apenas pensar o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, na sua face brasileira, superando seus dualismos, mas ir mais fundo, vinculando formas de dominação e suas condições estruturais.

É dessa perspectiva que Chico de Oliveira nos alertava, em 72, que a primeira finalidade do sistema capitalista é sua própria reprodução, ou seja, dominação e exploração são dimensões endógenas e não exógenas de tal modo que, no rastro da melhor herança marxista, ele nos presenteava com uma recolocação de um binômio clássico nos pensadores que inventaram o Brasil – o binômio tradicional/moderno. É possível então relembrar no âmbito d'A *Crítica da Razão Dualista* o diálogo com a Cepal. Francisco de Oliveira reconhecia nesse diálogo a única interlocução possível sobre a economia e a sociedade brasileiras e latino americana. Uma das pistas que nos deu parece se repor, ainda que de modo rebaixado, na nova onda de desenvolvimentismo ou neodesenvolvimentismo – trata-se do conceito de

1 Cibele Saliba Rizek é socióloga, professora associada do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da USP/São Carlos, pesquisadora do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania da FFLCH/USP e pesquisadora do CNPq.

subdesenvolvimento e de sua singularidade, constituída polarmente em torno da oposição formal entre um setor “atrasado” e um setor “moderno”. A ideia e a tese da singularidade, avisava Chico, já não se sustentava, já que o “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. Em suas palavras, reconhecia a simbiose e organicidade, em uma unidade de contrários, em que o chamado moderno cresce e se alimentava – cresce e se alimenta – da existência do atrasado ou arcaico. Assim, o subdesenvolvimento parecia ser a forma própria de ser das economias pré-industriais, devidamente atravessadas por um capitalismo “em trânsito” para suas formas mais avançadas e consolidadas. Entretanto, o que se reconhecia como subdesenvolvimento era na verdade uma produção da expansão do capitalismo, ou seja, uma formação capitalista e não simplesmente um momento histórico de seu processo de constituição. Era então preciso enfatizar as estruturas de dominação que se articulavam de modo endógeno aos processos de acumulação próprios de países como o Brasil e, assim, a sua estrutura de classes. Isto é, era preciso criticar com radicalidade a teorização que era incapaz de responder quem tem a predominância sobre as determinações do todo: as leis internas de articulação ou as leis de ligação com o resto do sistema.

No plano da prática, a ruptura com a teoria do subdesenvolvimento também não poderia deixar de ser radical, já que a preeminência das teorias da dependência contribuiria decisivamente para que não se constituísse uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma função ideológica que opera ainda entre nós: a de marginalizar e truncar as perguntas a respeito do desenvolvimento econômico capitalista no Brasil. A que e a quem serve? A que e a quem se destina?

A teoria do subdesenvolvimento teria, então, assentado as bases do “desenvolvimentismo”, o que teria desviado a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no momento em que uma economia de base agrária se transformava em uma economia industrial e urbana. Dessa perspectiva, a teoria do subdesenvolvimento teria sustentado, de acordo com *A Crítica da Razão Dualista*, o complexo ideológico próprio do chamado período populista. Chico ainda avisava em 1972: “se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa de máscara” (Oliveira, 2003: 34)².

Nesse feixe de processos de transformação, *A Crítica* chamava a atenção para a centralidade da legislação trabalhista no processo de acumulação a partir dos anos trinta. Essa centralidade acaba apontando para a limitação estrutural do que se poderia

2 A versão d’A Crítica citada utilizada neste texto é: OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica à Razão Dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

reconhecer como mercado livre de trabalho no Brasil.

A legislação trabalhista interpretou o salário mínimo rigorosamente como ‘salário de subsistência’, isto é, de reprodução. (...) Em termos de salário mínimo, como a quantidade de força de trabalho que o trabalhador poderia vender. (...) Não há nenhum outro parâmetro para o cálculo das necessidades do trabalhador; não existe na legislação, nem nos critérios, nenhuma incorporação dos ganhos de produtividade do trabalho. O decisivo é que as leis trabalhistas fazem parte de um conjunto de medidas destinadas a instaurar um novo modo de acumulação. Para tanto, a população em geral, e especialmente a população que afluía às cidades, necessitava ser transformada em “exército de reserva”. (Oliveira, 2003: 37-38)

E Chico advertia:

A regulamentação das leis do trabalho operou a reconversão a um denominador comum de todas as categorias, com o que, antes de prejudicar a acumulação, beneficiou-a. (Oliveira, 2003: 39)

Esse impulso transmitido à acumulação caracterizaria uma nova etapa de crescimento da economia brasileira.

O segundo aspecto refere-se à intervenção do Estado na esfera econômica, operando na regulamentação dos demais fatores, além do trabalho: fixação de preços; distribuição dos ganhos e perdas entre os diversos estratos ou grupos das classes que detinham o capital; gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas. (Oliveira, 2003: 40)

Seu papel nesse âmbito era o de criar as bases para a acumulação capitalista industrial e sua reprodução no nível das próprias empresas.

Os “preços sociais” podem ter financiamento público ou podem ser simplesmente a imposição de uma distribuição de ganhos diferente entre os grupos sociais, e a direção em que eles atuam é no sentido de fazer a empresa capitalista industrial a unidade mais rentável do conjunto da economia. Assim, assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek. Regulando o preço do trabalho, já

discutido anteriormente, investindo em infraestrutura, impondo o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, rebaixando o custo de capital na forma do subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e na forma da expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção (Volta Redonda e Petrobrás, para exemplificar), o Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema. A essa “destruição” e “criação” vão ser superpostas as versões de um “socialismo dos tolos” tanto da esquerda como da ultradireita, que viam na ação do Estado, “estatismo”, sem se fazer nunca, uns e outros, a velha pergunta dos advogados: a quem serve tudo isso? (Oliveira, 2003: 40-41)

O terceiro aspecto que ganhava relevo dentro do processo da nova articulação desenvolvimentista e populista referia-se ao papel da agricultura:

Ela [a agricultura] deveria suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo; desse modo, a necessidade de mantê-la ativa é evidente por si mesma. (Oliveira, 2003: 42).

De outro lado, por seu subsector de produtos destinados ao consumo interno, a agricultura deveria suprir as necessidades das massas urbanas, de forma a manter baixo o custo da alimentação e, secundariamente, o custo das matérias-primas. Assim a agricultura não poderia se constituir em obstáculo à constituição e à centralidade do processo de acumulação urbano-industrial. Esse era, portanto, o nexo e o ponto nevrálgico de todo o processo. Em torno dele giraria a estabilidade do todo. Dessa articulação dependeria a viabilidade do processo de acumulação pela empresa capitalista industrial que se assentava numa ampla expansão do “exército industrial de reserva”. A solução do chamado “problema agrário” nos anos da “passagem” da economia de base agrário-exportadora para urbano-industrial foi um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Esse complexo de soluções se apoiariam

no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão horizontal da ocupação

com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia; numa palavra, opera como uma sorte de “acumulação primitiva”. (Oliveira, 2003: 43)

A introdução do conceito de acumulação primitiva, porém, exigia redefinições: n’*A Crítica*, Chico afiava seus instrumentos teóricos e apontava algumas delas:

(...) Em primeiro lugar, trata-se de um processo em que *não se expropria a propriedade* — isso também se deu em larga escala na passagem da agricultura chamada de subsistência para a agricultura comercial de exportação —, mas *se expropria o excedente* que se forma pela posse transitória da terra. Em segundo lugar, a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: em certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética. (...) [O trabalhador] prepara a terra para as culturas permanentes. Há, portanto, uma transferência de “trabalho morto”, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. (Oliveira, 2003: 43, grifos no original)

Explicitavam-se, então, os vínculos entre a produção de gêneros alimentícios em áreas de exploração recente e um rebaixamento do seu valor, contribuindo para a centralidade do processo de acumulação do capital nas indústrias e nas cidades. O que estava em questão era, assim, o custo de reprodução da força de trabalho urbana, ao lado da formação de um proletariado rural que serviria às culturas comerciais de mercado interno e externo.

No conjunto, o modelo permitiu que o sistema deixasse intocadas as bases agrárias da produção, contornando os problemas de distribuição da propriedade — que pareciam críticos no fim dos anos 1950 — ao mesmo tempo que o proletariado rural que se formou não ganhou estatuto de proletariado. (Oliveira, 2003:45)

Teria havido então uma conciliação entre o crescimento industrial e o agrícola, já que a criação de um mercado urbano e industrial, que teria imposto um tratamento de discriminação e de confisco sobre a agricultura, oferecia como contrapartida a manutenção de um padrão “primitivo” nas atividades agrícolas que tinha por base as altas taxas de exploração da força de trabalho.

Como se vê, o padrão “primitivo” se manteve, ampliou-se e combinou-se com as novas relações de produção o que teve nas cidades e empresas industriais fortes repercussões, permitindo um crescimento industrial e dos serviços extraordinário. Dois elementos dessa combinação foram especialmente significativos: a constituição de um enorme exército industrial de reserva que incidirá sobre a redefinição das relações capital-trabalho e ampliando as possibilidades de acumulação industrial; a constituição de um padrão de fornecimento de excedentes alimentícios cujo preço era determinado pelo custo de reprodução da força de trabalho rural.

Em outras palavras, o preço de oferta da força de trabalho urbana se compunha basicamente de dois elementos: custo da alimentação— determinado este pelo custo de reprodução da força de trabalho rural — e custo dos bens e serviços propriamente urbanos; nestes, ponderava fortemente uma estranha forma de “economia de subsistência” urbana, (...) forçando para baixo o preço de oferta da força de trabalho urbana e, conseqüentemente, os salários reais. (Oliveira, 2003:46)

Chico então avisava que a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação e não às do consumo.

Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho. (...) No Brasil também foi assim: começou-se a produzir internamente em *primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche ou natureza dos bens*, a *nenhum “efeito demonstração”*, *mas à redefinição das relações trabalho-capital, à enorme ampliação do “exército industrial de reserva”, ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação.* (Oliveira, 2003: 50, grifos no original)

Assim, “foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização”, afirmava Chico, sendo que a “substituição de importações” teria sido “condição necessária porém não suficiente”.

A equação urbano-industrial e a construção da sua centralidade no processo de acumulação teria ainda outro elemento: os chamados “serviços” como um conjunto heterogêneo de atividades, cuja única homogeneidade consistiria na característica de não produzirem bens materiais. A hipótese formulada sobre os serviços tinha por base outro conjunto de elementos e apontamentos críticos e dizia respeito às características específicas da economia brasileira.

Entre 1939 e 1969, a participação do Terciário no produto interno líquido manteve-se entre 55% e 53%, enquanto a porcentagem da população economicamente ativa, isto é, da força de trabalho, saltava de 24% para 38%; o Terciário configura-se, assim, como o setor que mais absorveu os incrementos da força de trabalho. (Oliveira, 2003:54)

Se essa absorção podia ser creditada à incapacidade do setor primário em reter população e por oposição à impossibilidade de absorção pelo setor industrial, Chico oferece como explicação a ideia de que

o crescimento do Terciário, na forma em que se dá, absorvendo crescentemente a força de trabalho, tanto em termos absolutos como relativos, faz parte do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista no Brasil; não se está em presença de nenhuma “inchação”, nem de nenhum segmento “marginal” da economia. (Oliveira, 2003:54-55, grifos no original)

O crescimento industrial brasileiro estaria assentado sobre uma acumulação pobre, sobre uma “acumulação primitiva”, o que queria dizer que o crescimento anterior à expansão industrial, depois da virada de 30, não se fazia como acumulação adequada à empresa industrial, deixando assim de oferecer a base necessária de infraestrutura que sustentasse a expansão da própria indústria. Com exceção de alguns núcleos mais importantes, as cidades brasileiras, afirmava Chico, “não passavam de acanhados burgos”.

Assim, o crescimento e a expansão da indústria, teria que se centrar na empresa. Nela se localizava toda a virtualidade da acumulação propriamente capitalista. Mas essa acumulação não poderia se desenvolver sem o apoio de serviços, diferenciados e desligados da unidade produtiva propriamente dita, isto é, sem cidade, sem as chamadas “economias externas”. Essa carência teria gerado em um primeiro momento da industrialização uma “autarquização das

unidades fabris” a ser substituída pela complexificação da divisão do trabalho, para além dos muros das fábricas.

Logo em seguida, com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalística prévia, que financiasse a implantação dos serviços, lançando mão dos recursos de mão de obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão de obra. Assiste-se, inclusive, a revivescência de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação (oficinas, de todos os tipos). (Oliveira, 2003:55)

A questão então não podia estar centrada no tamanho do terciário do ponto de vista de sua participação no montante de empregos. Ao contrário. O porte do terciário, sua absorção de mão de obra era um momento, um fenômeno vinculado à acumulação urbano-industrial. A aceleração do crescimento nucleado pela indústria exigiu das cidades infraestrutura e serviços que não existiam e a intensidade da expansão industrial não permitiria “*uma intensa e simultânea capitalização nos serviços*, sob pena de esses concorrerem com a indústria propriamente dita pelos escassos fundos disponíveis para a acumulação propriamente capitalística.” (Oliveira, 2003: 56, grifos no original). Em vez de um terciário inchado,

trata-se de um tipo’ de crescimento para esse setor — o dos serviços em geral — *que não é contraditório* com a forma de acumulação, que *não é obstáculo* à expansão global da economia, que *não é consumidor de excedente*. A razão básica pela qual pode ser negada a negatividade do crescimento dos serviços — sempre do ponto de vista da acumulação global — é que a aparência de “inchação” esconde um mecanismo fundamental da acumulação: os serviços realizados à base de pura força de trabalho, que é remunerada a níveis baixíssimos, transferem, permanentemente, para as atividades econômicas de corte capitalista, uma fração do seu valor, ‘mais-valia’ em síntese. Não é estranha a simbiose entre a “moderna” agricultura de frutas, hortaliças e outros produtos de granja com o comércio ambulante? (Oliveira, 2003: 57-58, grifos no original)

Os serviços de mecânica ou os serviços pessoais, esses tipos de serviços, longe de serem excrescências e apenas depósito do ‘exército industrial de

reserva' são adequados para o processo da acumulação global e da expansão capitalista, e, por seu lado, reforçam a tendência à concentração da renda. Fala-se de urbanização sem industrialização e do seu xipófago, uma urbanização com marginalização.

Ora, o processo de crescimento das cidades brasileiras — para falar apenas do nosso universo — não pode ser entendido senão dentro de um marco teórico onde as necessidades da acumulação impõem um crescimento dos serviços horizontalizado, cuja forma aparente é o caos das cidades. (Oliveira, 2003: 59)

Já que a o crescimento urbano anárquico não seria caótico em relação às necessidades da acumulação, Chico foi mostrando que

mesmo uma certa fração da acumulação urbana, durante o longo período de liquidação da economia pré-anos 1930, revela formas do que se poderia chamar, audazmente, de 'acumulação primitiva'. (Oliveira, 2003:59)

Daí decorrem suas teses sobre o mutirão — aquilo que hoje chamaríamos de autoprovisão de habitação por meio da casa própria e da forma de ajuda mútua que gerou e ainda gera tanta tensão e discussão. Chico afirmava então, que

uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de 'economia natural' dentro das cidades, casa-se admiravelmente bem com um processo de expansão capitalista, que tem uma de suas bases e seu dinamismo na intensa exploração da força de trabalho. (Oliveira, 2003: 59)

Vai se desenhando tanto dentro da lógica intersetorial quanto dentro das dimensões industriais e urbanas o que se reconhece como desenvolvimento desigual e combinado. A tese original e insuperável é a da introdução de relações novas nos contextos arcaicos pela reprodução de relações arcaicas no novo. Em função de uma compatibilização com a acumulação do capital e seus circuitos, as novas relações no arcaico liberariam força de trabalho que suportariam a acumulação industrial e urbana, assim como a reprodução de relações arcaicas no novo preservariam o potencial de cumulação liberado com a finalidade de expandir o próprio novo. Esses processos combinados teriam sido necessários à expansão industrial, ao longo de uma transição radical de uma acumulação quase inteiramente dependente do setor externo para uma acumulação cujo eixo se transformava no setor interno. Ao longo

dessa transição, concentraram-se renda, propriedade e poder.

Desse modo, apontava mestre Chico, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a história “da expansão da economia capitalista (...) mas esta expansão não repete nem reproduz *ipsis litteris* o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado” (Oliveira, 2003:61). Assim,

tomando como um *dado* a inserção e a filiação da economia brasileira ao sistema capitalista, sua transformação estrutural, nos moldes do processo pós-anos 1930, passa a ser, predominantemente, uma possibilidade definida *dentro dela mesma*; isto é, as relações de produção vigentes continham em si a possibilidade de reestruturação global do sistema, aprofundando a estruturação capitalista, *ainda quando o esquema da divisão internacional do trabalho no próprio sistema capitalista mundial fosse adverso*. Nisso reside uma diferenciação da tese básica da dependência, que somente vê essa possibilidade *quando há sincronia* entre os movimentos interno e externo. (Oliveira, 2003:62, grifos no original)

A revolução burguesa no Brasil: um debate

Esses elementos, que podem ser tomados como as grandes linhas de força da análise d’*A Crítica à Razão Dualista*, desembocariam na questão e na discussão da Revolução Burguesa no Brasil, tema que emergiria de tensões e de possibilidades e mudanças no modo de acumulação, na estrutura de poder e no modo de dominação. Chico então apontava a continuidade de uma hegemonia parcial das classes proprietárias rurais, mantendo o controle das relações externas da economia, o que permitia a manutenção do padrão de reprodução do capital adequado a uma economia agrário-exportadora. Mas com o colapso das relações externas, sua hegemonia acabava por desembocar no vácuo, o que não implicava em um mecanismo automático de produção industrial por substituição de importações.

Estavam dadas as condições necessárias, mas não suficientes. A condição suficiente será encontrar um novo modo de acumulação que substitua o acesso externo da economia primário-exportadora. E, para tanto, é preciso adequar antes as relações de produção. O populismo é a larga operação dessa adequação, que começa por estabelecer a forma da junção do “arcaico” e do “novo”, corporativista como se tem assinalado, cujo epicentro

será a fundação de novas formas de relacionamento entre o capital e o trabalho, a fim de criar as fontes internas da acumulação. A legislação trabalhista criará as condições para isso. (Oliveira, 2003: 64)

Ainda Chico nos diz,

É possível perceber que o elemento estratégico para definir o conjunto das relações na economia como um todo passou a ser o tipo de relação de produção estabelecido entre o capital e o trabalho na indústria. Mas, longe do modelo ‘clássico’, em que esse elemento estratégico tende a ‘exportar-se’ para o restante da economia, no caso brasileiro — e é possível reconhecê-lo em outros países — a implantação das novas relações de produção no setor estratégico da economia tende, por razões em primeiro lugar históricas, que se transformam em razões estruturais, a perpetuar as relações não-capitalistas na agricultura e a criar um padrão não-capitalístico de reprodução e apropriação do excedente num setor como o dos serviços. A “especificidade particular” de um tal modelo consistiria em reproduzir e criar uma larga “periferia” onde predominam padrões não-capitalísticos de relações de produção, como forma e meio de sustentação e alimentação do crescimento do setores estratégicos nitidamente capitalistas, que são a longo prazo a garantia das estruturas de dominação e reprodução do sistema. (Oliveira, 2003:69)

Depois de uma análise do período JK, o texto acaba por perguntar em qual sentido teria caminhado o sistema capitalista brasileiro pós Golpe de 1964 e demonstra que a lógica de exploração impressa pelo processo de acumulação primitiva continuava sendo explorado:

a Transamazônica não passa de uma gigantesca operação ‘primitiva’, reproduzindo a experiência da Belém-Brasília (...). A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é ‘resolvida’ pelo aprofundamento da exploração do trabalho. A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção

é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas*. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contrarrevolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão. (Oliveira, 2003: 105-106, grifos no original)

Uma contrarrevolução, os traços fascistas, o contraponto rigoroso à tese do Golpe de 1964 como revolução burguesa e certa melancolia de promessas não cumpridas, de um tempo de truncamentos que parecia não ter fim naquele início dos anos 1970 encerram *A Crítica à Razão Dualista*.

A era da indeterminação e até hoje

Depois do que Chico denominou de “era das invenções” que despontava no final dos anos 1960 e culminou com o fim da ditadura militar, novos truncamentos, deslizamentos e perdas foram objeto de outro texto, ele também já clássico no âmbito das ciências sociais e do pensamento brasileiro. Trata-se d’*O Ornitórrinco*³ que começa exatamente comemorando e de certa forma qualificando o texto de 1972.

Nele Chico discute seu trabalho anterior que tentava apreender o que chamou de caminhos cruzados: “como ‘crítica’, ela pertence ao campo marxista, e como especificidade, ao campo cepalino” (Oliveira, 2003:128). E segue fazendo as filiações de sua *Crítica*:

É cepalina e marxista no sentido de mostrar como a articulação das formas econômicas subdesenvolvidas incluía a política, não como externalidade, mas como estruturante: Furtado havia tratado disso quando interpretou a resolução da crise de superprodução de café nos anos da grande crise de 30, mas depois abandonou essa

3 O texto *O Ornitórrinco* foi publicado em 2003, numa edição comemorativa aos 40 anos d’*A Crítica à Razão Dualista*. A referência e as citações neste texto são da seguinte edição: OLIVEIRA, Francisco de. *A Crítica à Razão Dualista/O Ornitórrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

grande abertura, e o *18 Brumário* já havia ensinado aos marxistas que a política não é externa aos movimentos de classe, isto é, a classe se faz na luta de classes, mas eles também desaprenderam a lição. (Oliveira, 2003:128)

A busca de compreensão do processo de modernização e industrialização brasileiras, sua alimentação pelo atraso, a subordinação da nova classe social urbana – o proletariado – ao Estado e o que se podia reconhecer como transformismo brasileiro – isto é, a modernização conservadora ou uma revolução produtiva sem revolução burguesa na junção tensa entre economia política – começam a ganhar a forma do bicho desengonçado que deu seu nome ao livro.

Ao rejeitar o dualismo cepalino, acentuava-se que o específico da revolução produtiva sem revolução burguesa era o caráter “produtivo” do atraso como condômino da expansão capitalista. O subdesenvolvimento viria a ser, portanto, a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia. Como disse Walter Benjamin, os oprimidos sabem do que se trata. O subdesenvolvimento finalmente é exceção sobre os oprimidos: o mutirão é a autoconstrução como exceção da cidade, o trabalho informal como exceção da mercadoria, o patrimonialismo como exceção da concorrência entre os capitais, a coerção estatal como exceção da acumulação privada (...). (Oliveira, 2003:131)

O subdesenvolvimento cujo caráter internacional se reafirma, pareceria ser uma evolução às avessas:

as classes dominantes, inseridas numa divisão do trabalho que opunha produtores de matérias-primas a produtores de bens de capital, optavam por uma forma da divisão de trabalho interna que preservasse a dominação (Oliveira, 2003:138). Havia ali consciência e não acaso.

Hoje, porém, perdeu-se a capacidade de escolha de ‘seleção’. Essa perda configura mais um elemento de uma evolução, de um percurso truncado. Há elementos novos como o conhecimento técnico científico que permitiria saltos, mas

o novo conhecimento técnico-científico está trancado nas patentes e não está disponível nas prateleiras do supermercado das inovações. E ele é descartável, efêmero. Essa nova revolução

tecnológica tem consequências – uma divisão internacional dos saberes em primeiro lugar e a acumulação como cópia do descartável também entra em obsolescência acelerada. Os resultados estão sempre aquém do esforço. (Oliveira, 2003: 138)

Ao mesmo tempo,

Os vendedores de refrigerantes às portas dos estádios viram sua produtividade aumentada graças ao *just-in-time* dos fabricantes e distribuidores de bebidas, mas para realizar o valor de tais mercadorias, a forma do trabalho dos vendedores é a mais primitiva. Combinam-se, pois, acumulação molecular-digital com o puro uso da força de trabalho. (Oliveira, 2003: 140)

A informalidade, os vendedores de tudo, as mobilidades laterais entre legalidades e ilegalidades, tudo isso conforma nosso ornitorrinco de cada dia, nossas cidades exibem “o teatro de uma sociedade derrotada, um bazar multiforme onde a cópia pobre do bem de consumo de alto nível é horrivelmente *kitsch*” (Oliveira, 2003:142-143).

Milhares de trabalhadores informais atualizam em patamares mais sofisticados o velho uso do trabalho informal e precário.

Políticas piedosas tentam “treinar” e “qualificar” essa mão de obra, num “trabalho de Sísifo”, jogando água em cesto, acreditando que o velho e bom trabalho com carteira voltará quando o ciclo de negócios se reativar. Será o contrário: quando se reativar, e isto ocorrerá de forma intermitente, sem sustentabilidade previsível, então em cada novo período de crescimento, o trabalho abstrato virtual se instalará mais fundamente.

O ornitorrinco é uma das sociedades capitalistas mais desigualitárias, mais mesmo que as economias mais pobres da África que, a rigor, não podem ser tomadas como economias capitalistas, apesar de ter experimentado as taxas decréscimo mais expressivas em período longo; sou tentado a dizer com a elegância francesa, *et pour cause*. As determinações mais evidentes dessa contradição residem na combinação do estatuto rebaixado da força de trabalho com dependência externa. (Oliveira, 2003:143)

O tema da regressão, do rebaixamento é uma forte presença no processo de constituição histórica do ornitorrinco. O que regride e se rebaixa? Tudo:

a capacidade de organização e luta dos trabalhadores, a forma mesma do trabalho assalariado, os movimentos de classe bem como seus protagonistas: petroleiros, bancários, metalúrgicos.

As forças do trabalho já não têm “força” social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e “força” política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe. Embora na linha thompsoniana trabalhador não seja apenas um lugar na produção, inegavelmente há que concordar com Perry Anderson: sem esse lugar, ninguém é trabalhador, operário. A representação de classe perdeu sua base e o poder político a partir dela estiolou-se. Nas específicas condições brasileiras, tal perda tem um enorme significado: não está à vista a ruptura com a longa “via passiva” brasileira. (Oliveira, 2003:145-146)

Mas não se trata tampouco do subdesenvolvimento. O truncamento das classes – os fundos de pensão, a nova classe – com direito à racionalização e ao controle de pedaços inteiros do Estado, antigas classes transformadas em sujeitos de um novo modo de dominação, identidades novas entre velhos opositores que conhecem ambos o ‘mapa da mina’ – o controle do acesso aos fundos públicos, novos e poderosos consensos sobre Estado e Mercado, desdobramentos da noção de hegemonia – hegemonia às avessas e/ou indeterminação, esses são alguns dos elementos que caracterizam o ornitorrinco. Essa metáfora, porém, não é mais uma chave para a explicação do subdesenvolvimento como leitura e compreensão do Brasil. O Ornitorrinco é uma zona de passagem, uma zona de transição que se transformou em zona de detenção.

Também aqui operam categorias de Benjamin: se *A Crítica* acabava apontando para as dimensões melancólicas, *O Ornitorrinco* – a nossa exceção do não mais para o não ainda – parece assim indicar exceção permanente, aprisionamento em nebulosas, em constelações marcadas pela era da indeterminação e pela brutalidade de novos modos de exploração e dominação, novas formas de acumulação, passagens que deveriam ser pontes, mas que se fecham como portas que não franqueiam futuros diversos do presente.

Como diz meu mestre e meu amigo: todo otimista é um pessimista mal informado. É nessa chave de leitura e de informação sobre o enigma brasileiro – o não mais e o não ainda – que estaríamos presos. Kafka assinala uma possibilidade de nomeação quando afirmou: “há uma enorme esperança, mas não está ao nosso alcance”.

Essa possibilidade e impossibilidade permitem que se entreveja e que se aponte a noção de crise do sujeito, ou do sujeito em crise – em especial

no que diz respeito às possibilidades e potências dos atores nas cenas que os constituem e são por eles constituídas⁴. Recentemente a reflexão sobre o Brasil aparentemente revestida de rigor científico – isto é, de categorias traduzíveis em magnitudes mensuráveis – parece estar submersa nas tramas de um otimismo cruel, ainda que recentemente essa nuvem otimista venha se dissipando. Esse otimismo apontava para um alvo, uma aposta, um projeto de melhoria contínua de vida, uma curva ascendente envolta em uma ilusão de chegada que funciona como curto-circuito em relação às suas alternativas. Trata-se da “longa marcha democrática brasileira”: igualdade jurídica, sufrágio universal, políticas distributivas sem fraturas violentas que abreviassem esse percurso em direção a esse novo patamar, diminuição da miséria, extensão indefinida da suposta “classe C”. Essa melhoria contínua se reveste muito frequentemente de um manto de participação que alguns denominaram exclusão participativa e outros, como eu em outros textos, de gestão das necessidades.

Tal como nas referências a Benjamin, estaríamos em um limiar dilatado – um limiar que se transformou progressivamente, silenciosamente, em zona de detenção. Por um lado, somos condenados a escolher permanentemente entre o pior e o menos pior. Ou então, para enunciar de outro modo, estamos cercados e circunscritos a um momento em que em nome da curva ascendente – da suposta democracia formal, da melhora dos padrões de vida, dos programas sociais de todos os tipos, de canais de participação, de conselhos e órgãos bi ou tri partites –, devemos abrir mão de uma reflexão crítica, silenciar os pessimistas, fazer avançar um ideário que substitui reivindicações por reconhecimento participativo. Um exame a partir de um olhar mais de dentro e de perto, talvez possa ajudar a decifrar algo desse enigma sobre a fluidez entre regra e exceção, algo de nosso ornitorrinco.

A primeira dimensão dessa fluidez diz respeito à legalidade do que não é legalizável – Estado de exceção na sua acepção original. A segunda aponta para uma pergunta clássica: quem decide sobre a exceção? Pois bem, se tomarmos alguns índices sobre a gestão da cidade de São Paulo hoje, apenas para citar um exemplo, essa liminaridade entre regra e exceção, legalidade e ilegalidade, formalidade e informalidade ganha densidade e visibilidade. Operação Bico

4 Ver BERLANT, L. *Cruel Optimism*. Nova York: Duke University Press, 2006. Devo essa indicação a Sergio Baierle, em especial no texto *Crise do Sujeito, Otimismo Cruel e Exclusão Participativa*. Texto Apresentado ao III Encontro ETTERN ‘Globalização, Políticas Territoriais, Meio Ambiente e Conflitos Sociais’, Vassouras, 2012. Ver ainda sobre a noção de alternativas infernais PIGNARE, P.; STENGERS, I. *La Sorcellerie capitaliste. Pratiques de désenvoûtement*. Paris: La Découverte, 2005. A indicação da ideia de alternativas infernais se ancora em Henri Acselrad. Essas ideias advindas recentemente de Baierle e Acselrad, a quem agradeço, deram continuidade à imagem de uma gestão legítima da necessidade e da precariedade contida no texto *Orçamento Participativo em São Paulo – publicação da cidade?* In OLIVEIRA, F.; RIZEK, C. *A Era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

Legal e Operação Delegada – ambas com elementos claramente mantidos pela gestão municipal que se iniciou em 2013 – são combinações típicas do nosso ornitorrinco entre contravenções e legalidade, nos grandes projetos dos grandes eventos e na repressão cotidiana de manifestações e passeatas, nas formas de militarização da gestão urbana⁵, nas remoções e desocupações cujo exemplo paradigmático é o do Pinheirinho, em São José dos Campos, nas manifestações e acordos, a desmontagem de diagramas de análise que permitiram compreender o país parece apontar para a necessidade de reler os clássicos, dialogar com eles, puxar fios, buscar mais uma vez nomeações.

Além disso, a desocupação do Pinheirinho, a presença e o convênio entre a USP e a Polícia Militar e as várias investidas policiais na “Cracolândia”, apresentam exemplos flagrantes de truculência, mais uma vez evidenciada na ação policial contra as manifestações de 2013. Mas o que mais interessa é perceber que esse regime de repressão excepcional, esse estado de exceção que indica graus crescentes de militarização, aponta para uma associação das mais clássicas e, ao mesmo tempo, inteiramente contemporânea. Trata-se, por um lado, da associação entre limpeza social e gestão da pobreza. Ao lado dessa dimensão ostensivamente policial, a novíssima face da associação entre polícia e políticas sociais. Modos de operação, condicionalidades, acompanhamentos que tornam governáveis os pobres, em nome do combate à pobreza, vacinas, escolarização, programas de cultura e geração de emprego e renda põem em cena operadores e mediadores, entre os quais associações populares e “comunidades” criadas por expedientes “solidários” vinculados a igrejas evangélicas, todo um leque de novos empregos gerados para atuação junto à pobreza. Pobres lidando com pobres, mulheres pobres atuando junto a mulheres pobres, construindo mediações morais que permitem antever formas de policiamento cotidiano, pequeno e invisível de públicos-alvo que fragmentam e criam designações, nomeações, contornos novos em nome de uma suposta cidadania e dignidade que na contramão da politização, no avesso da criação de sujeitos políticos, moralizam a pobreza⁶. Essa pobreza moralizada também ganha as cores e as formas da produção cultural – campo de disputa e de embate entre atores, entre os quais os coletivos que ocupam o lugar vazio deixado pelas militâncias partidárias e sindicais e uma miríade de centros culturais patrocinados, mecenatos, ONGs, OSs, OSCIPs.

Para finalizar essa trama, o desenho do combate à pobreza como negócio: ou o negócio do trabalho associado, o negócio das empreiteiras e grandes

5 Ver a respeito da militarização das formas de gestão urbana artigo de Daniel Hirata, *A produção das cidades securitárias: polícia e política in Monde diplomatique Brasil*, maio de 2012. Nesse mesmo artigo, Hirata aponta que o início da fiscalização urbana realizada pela polícia militar teve lugar na gestão de Marta Suplicy, ainda que tenha atingido na gestão Kassab, sua maior extensão.

6 Ver entre outros textos, GEORGES, I. *Entre participação e controle: os(as) agentes comunitários de saúde da região metropolitana de São Paulo in Revista Sociedade e Cultura*, Goiânia, v. 14, n. 1, p. 73-85, jan./jun. 2011.

construtoras produzindo casas dentro do programa Minha Casa Minha Vida, grandes empresas fazendo o “trabalho social” de urbanização de favelas ou de acompanhamento de instalação de infraestrutura; o negócio do consumo popular e do crédito devidamente securitizado, exceção e financeirização da pobreza se acoplam assim em territórios de controle constituídos pela gestão e pelo governo das precariedades, pelo seu cerco, montando linhas de demarcação, construindo linhas de fronteira entre assistidos, mas, sobretudo, enredando operadores e públicos-alvo no mesmo dispositivo de gestão.

Esses mesmos dispositivos de gestão e de controle, essas formas de administração e governo da vida não são exercidas apenas (apenas?) sobre os públicos beneficiários ou assistidos, mas envolvem seus operadores que, nas margens do Estado, dentro e fora de suas práticas, implementam programas, “políticas públicas” e policiamentos, dando vida ao que denominei de privatizações cruzadas⁷ como o uso da promoção de cultura como captação de recursos para investimento em programas de saúde. Laboratórios de práticas e modos de governar a vida – pode-se perguntar afinal onde estão as linhas de demarcação entre Estado e Sociedade; como se constituíram e como se desenham os campos de força; como pensar pertinência e pertença e seus deslizamentos; como apreender e nomear as passagens do cidadão ao beneficiário, do sujeito de direitos a alvo das políticas de crédito. Pode-se ainda apontar uma crise de nomeação, além de uma crise de representação e de mediações entre as situações sociais e a constituição e destituição de sujeitos políticos – um campo de indeterminações, ou como quer Francisco de Oliveira, uma era de indeterminações, no continente em que Darwin, para retomar o ornitorrinco, teve seu estalo de Vieira.

Uma última palavra sobre Mestre Chico e sobre o que ele nos ajudou a pensar e entender. Trata-se das manifestações, do que imprensa e governos chamam de “a voz das ruas”. Em uma reunião do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania para elaboração de um novo projeto de pesquisa, Chico apontava o que passo agora a reproduzir, ainda que de algum modo, a partir do que compreendi de suas observações.

Sempre de olho nas dimensões estruturantes, afirmava que

estariamos diante de uma mudança de patamar do capitalismo brasileiro. Dessa perspectiva, talvez não seja mais possível qualificar o país nos quadros do velho subdesenvolvimento de matriz cepalina. Se essa afirmação ganha corpo, então, talvez esse momento exija também novas lentes, novos prismas, que

7 Ver RIZEK, C. *Políticas sociais e políticas de cultura – territórios e privatizações cruzadas*, texto apresentado no Seminário LATINASSIST, Nogent sur Marne, 2012. Uma nova versão desse texto será publicada na Revista Brasileira de Estudos Urbanos.

permitam qualificar o capitalismo monopolista brasileiro em sua face financeirizada, conformando, de maneira até certo ponto inédita, as relações de classe. Nessa nova conformação, as classes dominantes, em especial a burguesia brasileira não poderia mais exercer uma forma de dominação e de hegemonia que desse ao país um rosto que refletisse sua própria imagem. Por outro lado, tampouco seria possível qualificar as classes populares como protagonistas clássicas desse novo patamar de desenvolvimento, marcado assim por truncamentos que operam entre e nas situações e dimensões estruturantes das classes assim como em suas formas de atuação e expressão cultural e política. Seria então possível perguntar quais as relações entre esses truncamentos, obstruções e o chamado lulismo, por suas determinações, bem como pelos seus campos de conflito e relações de força.⁸

A questão da estrutura de classes, de suas relações com um capitalismo brasileiro de inserção internacional redesenhada, a centralidade do capital financeiro, suas relações com os processos de acumulação, um deserto de sujeitos políticos, tal como se constituíram a partir dos conflitos e lutas as classes sociais, um deserto de multidões que marcham nas ruas sem que seja possível identificar em suas falas afinal o que falam, quem fala e pelo que lutam, diagnósticos que vão da desertificação e elisão da política ao fascismo como expressão dessas mesmas multidões. Talvez essa voz das ruas seja o que meu amigo e meu mestre chamou de indeterminação, como impossibilidade de constituição de sujeitos que possam disputar o sentido mesmo do mundo, para além da esfera de seus interesses ou de suas necessidades.

Prá você Chico, nossos agradecimentos e um grande abraço, um abraço do tamanho desse mundão que você busca compreender e explicar.

8 SINGER, A.; LOUREIRO, I.; BELLO, C.; RIZEK, C.; BRAGA, R.; SILVA, A. e outros. *Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI*. Projeto de pesquisa encaminhado ao CNPQ, maio de 2013.

O Estado e o urbano no Brasil¹

Francisco de Oliveira



Favela da Rocinha e
bairro de São Conrado - Rio de Janeiro/RJ
Tânia Rego/ABr

A questão das relações entre o Estado e o urbano é ainda muito fugidia e tenho a impressão de que não dispomos senão de algumas pistas para aprofundar certas investigações. Não há um corpo muito consistente de teorização que possa de certa forma apresentar um quadro mais completo sobre este aspecto. Isto em parte é, evidentemente, desvantajoso, mas, de outro lado, apresenta-se como uma vantagem, principalmente se se tem em conta uma reflexão sobre as relações entre o Estado e o urbano nas condições concretas em que elas se apresentam entre nós, o que nos salva de alguma forma não da famosa importação de teorias, besteira consumada, mas na verdade de transposições sem muita crítica de nosso lado.

As relações entre o Estado e o urbano podem ser vistas sob vários ângulos. Pelo lado da divisão social do trabalho, por exemplo, essas relações se tomam mais perceptíveis, e se se toma a divisão social do trabalho no sentido mais lato entre cidade e campo - onde é fácil perceber, tanto na experiência brasileira como nos demais, uma ação e uma interação entre o Estado e o urbano - fica clara a forma pela qual o Estado utiliza mecanismos que são de criação e de reprodução disso que é o urbano, enquanto que, se tomando do ponto de vista do campo nessa ampla divisão social do trabalho, a ação do Estado e portanto sua interação são menos visíveis.

Pode-se tomar também a relação entre o Estado e o urbano se nós o observamos desde o ângulo das relações sociais de produção, o qual, de certa forma, coincide com essa divisão social do trabalho. Na experiência brasileira, a entrada do Estado na regulação de relações sociais de produção também é muito mais perceptível, muito mais consolidada. Aliás, para ser um tanto redundante, desse ponto de vista das relações sociais de produção, na verdade

1 Este texto foi publicado originalmente na *Revista Espaço e Debates*, v. 6, p. 37, 1982. Agradecemos ao autor a oportunidade de sua republicação neste *Caderno de Debates*.

o Estado está mesmo no nascimento delas, se nós tomarmos os anos 1930 e a Revolução de 1930 como a revolução burguesa no Brasil.

Há também uma outra forma de perceber as relações entre o Estado e o urbano, que é talvez a forma mais convencional, talvez a forma mais acabada (do ponto de vista da observação empírica e não do ponto de vista da teorização), que é a relação entre o Estado e o chamado espaço urbano. Talvez tenha sido nesse campo, onde a evidência empírica dessas relações do que constitui o nexos entre o Estado e o urbano se apresenta de uma forma mais visível, que provavelmente também se encontre maior debilidade teórica.

Não temos passado, na verdade, de uma constatação da ação de investimentos estatais sobre as cidades; por exemplo, não temos passado da constatação da ação do Estado sobre a regulação de certos aspectos da vida urbana, desde leis de uso de solo até códigos de construção, mas esse é precisamente talvez um dos campos dessa relação cujo trabalho teórico tem sido mais ineficiente, menos profundo. Há aí portanto uma contradição entre a visibilidade do fenômeno e a possibilidade de sua recuperação enquanto teoria.

É claro que essas várias formas de abordagem são parte de um esforço que deve confluir, apanhando aspectos parciais tais como os assinalados, para chegar a uma intimidade mais próxima com essa questão da relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira.

Ha alguns pressupostos históricos na formação do urbano na Economia brasileira; esses pressupostos históricos são, a meu ver, derivados exatamente da formação da economia colonial e situam-se, evidentemente, sob aquele ângulo da divisão social do trabalho. É óbvio dizer que o sistema produtivo mediante o qual o Brasil se insere na divisão internacional do trabalho, à época da expansão do mercantilismo, fundava-se sobretudo no campo, mas o que tem de certa forma escapado a uma observação mais pertinente é que talvez seja possível dizer que nunca o campo controlou realmente o Estado no Brasil. E eu acharia base histórica para uma afirmação desse tipo devido, precisamente, ao caráter agroexportador da economia. As cidades se constituíram segundo um padrão litorâneo não só devido ao seu caráter exportador de produtos primários, mas também devido à divisão social do trabalho, e isto tem a ver com a forma específica do capital que controlava desde cima (sem entrar nela) essa economia agroexportadora. Vai ser nas cidades que se localizarão tanto os aparelhos que fazem a ligação da produção com a circulação internacional de mercadorias quanto os aparelhos de Estado - do Estado colonial português, em primeiro lugar, e depois do Estado brasileiro - que têm nas cidades, evidentemente, a sua sede privilegiada.

É mais importante pensar no fato da hegemonia do capital comercial do que pensar provavelmente na questão dos aparelhos de Estado. A questão dos aparelhos de Estado nos levaria imediatamente a pensar no estilo de uma reflexão do tipo que faz Richard Morse, por exemplo, de que as cidades da

chamada América Ibérica eram cidades sobretudo burocráticas, ao contrário do paradigma que ele constrói para as cidades europeias, que são na verdade o centro da revolução burguesa. Sem dúvida alguma, esse aspecto saliente das cidades burocráticas não pode ser negado; e não pode ser negado inclusive pelo próprio caráter do Estado colonial português, coisa sabidamente estudada e reconhecida. Acho que uma pista mais importante do que esta, e que de certa forma se contradiz com o tipo de paradigma que Morse constrói, é pensar que as cidades são aí na verdade a sede do capital comercial que, controlando a produção agroexportadora, fazem a ligação dessa produção agroexportadora com a circulação internacional de mercadorias. É esse caráter de sede do capital comercial que responde, na maioria dos casos, pelo caráter que a urbanização toma por exemplo no Brasil Colônia e depois, já com o país independente, no prosseguimento da expansão da agricultura de agroexportação, da agricultura de exportação sob a égide do café até o final dos anos 1920.

Se não se pensar num problema desse tipo, que reside em compreender o caráter dessa urbanização como o centro do capital comercial e de todas as atividades ligadas a ela, dificilmente se pode entender o fato de que a urbanização no Brasil, desde a colônia e principalmente no século XIX, avança a passos mais largos do que aqueles que nos acostumamos a entender, isto é, nós estamos acostumados a entender que o fenômeno da urbanização na sociedade e na economia brasileira é um fenômeno que se deflagra apenas a partir da industrialização. É evidente que a industrialização vai redefinir o que é esse urbano exatamente porque ele passa a ser a sede não só dos aparelhos burocráticos do Estado quanto do capital comercial, passando a ser a sede do novo aparelho produtivo que é a indústria. Isso tem nos levado a desprezar, de certa forma, a formação urbana dentro das condições da economia agroexportadora; e o tamanho de certas cidades no Brasil, por exemplo, para falar desse aspecto, tem sido muito mal-entendido pela maioria dos historiadores que se dedicaram à pesquisa sobre a formação urbana ou sobre a urbanização na América Ibérica e particularmente no Brasil. Tem sido mal-entendido e, muito recentemente – nos últimos 20 anos –, essa má interpretação ou esse descuido em verificar o papel das cidades enquanto sede do capital comercial veio como que se projetar sobre a sociologia – surgindo primeiro na cabeça do sociólogo de Apipucos e depois estendendo-se na verdade à grande maioria de sociólogos latino-americanos, dando lugar à teorização sobre a inchação, a famosa urbanização sem industrialização, marginalidade social e aspectos correlatos.

Aí talvez, recorrendo menos à teoria e mais ao empirismo, à própria experiência do cotidiano, eu, por exemplo, que sou do Recife, me perguntei muitas vezes em que consistia esse caráter inchado de uma cidade como Recife; e se damos passos atrás, tentando reconstituir um pouco a história, é possível ver, ainda sem conseguir teorizar completamente, que o tamanho, por

exemplo, de uma cidade como Recife, que desde o século XIX em termos relativos evidentemente era uma cidade já bastante grande, não se explica se não se tiver em conta a sua função de sede do capital comercial. Portanto, essa urbanização precede, sob muitos aspectos, uma nova urbanização que se redefina a partir do momento em que a cidade passa a ser também a sede do aparelho produtivo, a sede da indústria propriamente dita.

Nós temos um processo, desse ponto de vista, que apresenta polarizações muito radicais; uma economia que, fundada na monocultura em várias regiões do Brasil, e que, por essa razão, não criou, ao estilo da Europa – se quisermos falar da Europa como uma referência – a imensa cadeia de aldeias e pequenas vilas. O caráter monocultor da agricultura de exportação embotou e abortou um processo de urbanização que se verificasse no entorno das próprias regiões produtoras dos bens primários de exportação. Ao contrário dessa imensa teia de aldeias de pequenas cidades – que talvez seja um padrão característico da urbanização europeia, por exemplo – ele produziu, por outro lado, uma extrema polarização, um vasto campo movido pelo conhecido complexo latifúndio–minifúndio e sobretudo fundado nas monoculturas, que não gerou uma rede urbana de maior magnitude no entorno das próprias regiões produtivas, mas que, por outro lado, criou grandes cidades em termos relativos, evidentemente, desde o princípio.

Esse duplo caráter, que é determinado, de um lado, pelas monoculturas de exportação e de outro abortando, portanto, uma rede urbana ou criando um padrão de urbanização muito pobre, gerou precisamente (tendo as cidades como o centro nevrálgico da relação da economia com a circulação internacional de mercadorias), desde o princípio, poucas mas grandes cidades no Brasil.

Há certos pressupostos históricos que seria preciso reconstituir. Evidentemente as relações do Estado com esse urbano nessa fase são bastante perceptíveis: elas são perceptíveis principalmente no aspecto que Morse ressaltou que é, digamos assim, o *facies* burocrático das cidades, onde evidentemente se concentrava a maioria dos aparelhos de Estado controladores das relações entre a economia colonial e a economia metropolitana.

Esse padrão vai permanecer, durante muito tempo no Brasil, quase intocado. Os diversos ciclos da economia brasileira (não vistos do ponto de vista dos ciclos de capital), o ciclo do açúcar e todos os outros, terminando no ciclo mais extenso, mais duradouro e mais marcante da recente história brasileira, que é o ciclo do café, permanecem criando ou recriando permanentemente um padrão de urbanização que consistia nessa extrema polarização: de um lado uma rede urbana bastante pobre e, de outro, uma rede urbana extremamente polarizada em grandes e poucas cidades, que eram exatamente as sedes do controle, seja burocrático, seja do capital comercial.

A relação, portanto, entre o Estado e esse caráter da urbanização é bastante

perceptível, embora, a meu ver, enfatizo que tenha sido descuidado pelos historiadores que criaram teorização histórica sobre a formação ou sobre a urbanização na América Latina – que se coloca como um tipo oposto ou, se não oposto, pelo menos diferente, da urbanização na Europa. É evidente que essa tipologia não é feita completamente sem fundamento, mas a razão maior desse tipo de estruturação urbana e das relações do Estado como urbano devia-se, a meu ver, precisamente ao caráter monocultor da produção e ao destino dessa produção, que era a exportação, dando lugar tanto a que as cidades tivessem um *facies* burocrático bastante saliente, mas dando lugar também a esse outro aspecto, menos cuidado e menos estudado, que é o papel das cidades na ligação com a circulação internacional de mercadorias.

Não é muito exagero nem muito heterodoxo afirmar que, ao contrário do que se passou no campo brasileiro durante pelo menos dois séculos, algumas das tentativas de transformação ou, pelo menos, algumas das contradições mais flagrantes dentro da história brasileira, que deram lugar precisamente a alguns movimentos políticos batizados pela história brasileira de “revoluções”, deram-se precisamente nas cidades. E assim foi porque as cidades, enquanto sede do capital comercial, começam a criar uma série de contradições entre esses capitais comerciais fundados no controle da produção agrícola, e na intermediação com a circulação internacional de mercadorias; esses capitais comerciais, de um lado, vão começar a entrar em choque, por exemplo, com as relações com a metrópole e, de outro lado, entram em choque às vezes também com o próprio sistema produtivo fundado seja na monocultura, seja no latifúndio.

Algumas das chamadas “revoluções” da história brasileira, principalmente algumas das revoluções passadas no Nordeste, são de certa forma o prenúncio de contradições entre esses capitais comerciais, de um lado, o próprio sistema produtivo, de outro, e também das relações internacionais da economia agroexportadora com a metrópole. Guerras ou lutas civis que opunham comerciantes a latifundiários do açúcar (no Nordeste, particularmente, isto é bem típico das revoluções da primeira parte do século XIX) denunciam o fato de que na verdade o capital comercial, fundado e sediado nessas cidades, de um lado começava a entrar em contradição com o próprio tipo de apropriação do excedente que o Estado português realizava e, de outro lado, tinha na estrutura produtiva, montada sob o complexo latifúndio-minifúndio, um obstáculo à sua penetração no próprio coração do sistema produtivo. Em outras palavras, a passagem do controle do sistema produtivo das oligarquias agrárias para o controle do sistema produtivo por parte de capitais que começavam a provir e a se reproduzir nas cidades, utilizando-se, sobretudo, do seu papel na intermediação dessas mercadorias. Recuperando-se um pouco da história desses conflitos sociais, é perceptível, em alguns deles, o conflito de interesses que começam a haver entre a cidade e o campo no Brasil, e as

cidades e a metrópole colonial portuguesa.

Mas todo o século XIX assiste à permanência – com a passagem sucessiva dos ciclos da economia brasileira e o fato de ter-se fundado aqui outras produções que, do ponto de vista de sua ligação com o mercado internacional, percorriam os mesmos circuitos –, a reiteração e reprodução do padrão urbano existente, ainda que embrionariamente, desde a Colônia; um vasto campo indiferenciado, com uma rede urbana pobre e, de outro lado, poucas e grandes cidades polarizando essas funções de capital comercial e da intermediação entre a produção nacional e a sua realização nos mercados internacionais. A pobreza dessa rede urbana é, em parte, determinada pelo próprio caráter autárquico das produções para exportação. Esse caráter autárquico embotava a divisão social do trabalho e, embotando a divisão social do trabalho, não dava lugar ao surgimento de novas atividades cujo centro natural fosse evidentemente as cidades, por uma série de razões bastante conhecidas.

Também não nos deve escapar um elemento constitutivo muito forte, muito marcante da economia brasileira, de sua fundação e de sua reiteração: o próprio fato de que ela se fundava no trabalho escravo. Em se fundando no trabalho escravo, quase por definição, não existe aquilo que as cidades eram na Europa, isto é, o mercado onde se dava a formação tanto do exército ativo quanto dos exércitos industriais de reserva. Esse caráter presente desde a fundação da economia brasileira, em que o trabalho escravo não dava lugar, por definição, a nenhuma formação de mercado de trabalho, é ele mesmo constitutivo do fato dessa pobreza da urbanização no país, de um lado, e da polarização em torno de poucas cidades, de outro. É outro elemento que não nos deve escapar para percebermos como é que uma economia, que tendo se especializado em agriculturas de exportação e tendo chegado, como chegou a economia brasileira, ao auge do ciclo do café, teve o seu produto principal de exportação como o primeiro produto da circulação internacional de mercadorias.

Boa parte dessa resposta consiste precisamente no fato de que essa economia, por um lado, era monocultora e, por outro lado, era fundada no trabalho compulsório, no trabalho escravo, negando a cidade enquanto mercado de força de trabalho, negando a cidade pelo caráter autárquico das produções agrícolas, negando a cidade como espaço na divisão social do trabalho.

Esse padrão permanece durando praticamente até os anos 1920 deste século. É um tanto surpreendente o fato de que São Paulo, hoje a maior aglomeração urbana da América Latina, tendo ultrapassado Buenos Aires, tendo ultrapassado a própria Cidade do México, no fim do século XIX, não passasse na verdade de um burgo, de relativa insignificância no conjunto da rede urbana brasileira. Santos, por exemplo, era muito mais importante, enquanto cidade, do que São Paulo. Vai ser aí precisamente, com a modificação da divisão social do trabalho agora sendo levada pela indústria, isto é, a expansão capitalista sendo

comandada pela indústria, que vai redefinir, de uma forma completa, esse caráter da urbanização das relações cidade e campo na ampla divisão social do trabalho no Brasil. E vai ser, portanto – o que é completamente óbvio e nenhuma novidade –, o caráter dessa industrialização que vai oferecer esse espetáculo um tanto impressionante do salto de uma cidade como São Paulo que, no fim do século XIX, tinha uma significância pequena dentro do conjunto das grandes cidades brasileiras, para, no curso de menos de 60 anos, dar um enorme salto e chegar a constituir-se na maior aglomeração urbana da América Latina.

Mas o que não é completamente óbvio, ainda do ponto de vista da divisão social do trabalho, em primeiro lugar, é porque as cidades no Brasil dão um salto enorme – tomando a caso específico de São Paulo, em menos de 60 anos, de uma cidade insignificante converte-se na maior aglomeração urbana na América Latina. É possível ver que o próprio tamanho que as cidades tomam, a própria rapidez do processo de urbanização, medido pelos incrementos da população que aflui às cidades, tem muito a ver, de um lado, evidentemente, com a industrialização, com a massa de capitais e, portanto, com o processo de acumulação sediado nas cidades. Isso é completamente óbvio e transparente. Mas o que quase nunca é transparente é o outro lado da medalha. A pergunta que se coloca é por que também a industrialização, quando se dá, impõe um ritmo de urbanização desse porte? Aí, o que se pode fazer é contrapor a antiga autarquia do campo, que determinava um caráter pobre de urbanização no conjunto do país, à autarquia das cidades.

O que significa “autarquia das cidades”? Significa que as cidades, ao tornarem-se com a industrialização o centro do aparelho produtivo, vão, pela própria herança do padrão anterior, constituir-se em cidades autárquicas. Estou chamando autarquia ao seguinte: a industrialização vai impor um padrão de acumulação, que potencia, por uma potência X, ainda não determinada, uma urbanização; a industrialização vai impor um padrão de urbanização que aparentemente é, em muitos graus, em muitos pontos, superior ao próprio ritmo da industrialização. O fato de que a divisão social do trabalho nos períodos anteriores era estaque – autarquia nos campos – vai impor que a industrialização no Brasil vai ter que se fazer imediatamente urbana e excepcionalmente urbana. Se tomarmos outra vez como paradigma apenas referencial a divisão do trabalho entre cidade e campo, como por exemplo no nascimento do capitalismo na Inglaterra e na França, a expansão capitalista via indústria nos países centrais vai repousar inicialmente sobre uma especial combinação da divisão social do trabalho entre campo e cidade. Em outras palavras, enquanto Lancashire, Manchester, Liverpool ou outras quaisquer das grandes cidades inglesas sedes do processo de industrialização, para tomar um exemplo concreto – o caso da indústria têxtil – acolheram a tecelagem, a fiação, a outra parte do processo industrial da fabricação de tecidos continuou

a residir no campo; isto é, o camponês europeu era autárquico noutra sentido, no sentido de que dentro da unidade camponesa existia uma divisão social do trabalho que ia desde as tarefas agrícolas até as tarefas de manufatura, ou seja, o camponês europeu era, simultaneamente, um agricultor e um artesão. Com a emergência do capitalismo industrial, este vai se servir, sob muitos aspectos, dessa base camponesa da industrialização, que no caso do Brasil não pôde se dar.

O caráter autárquico da economia monocultora no Brasil é de outro tipo. É um caráter autárquico no sentido da finalidade exclusiva da produção de agroexportação. Hoje tem muita gente que, para decorar suas casas, sai aí procurando, nas pequenas cidades do interior do Brasil, rocas de fiar que não passam de peças de museu; são peças tão raras que quem as consegue pode exibi-las orgulhosamente, mobiliando as casas, dando aquela aparência de novo-velho que é o bom-tom da nova classe média; mas isso na verdade são peças de museu porque essa divisão social do trabalho interna às unidades camponesas no Brasil nunca houve ou, quando houve, foi em casos muito raros.

O que quero dizer com isso é que, quando a industrialização começa a ser o motor da expansão capitalista no Brasil, ela tem que ser simultaneamente urbana, e tem que ser fundamentalmente urbana porque não pode apoiar-se em nenhuma pretérita divisão social do trabalho no interior das unidades agrícolas. O nosso camponês, ou semicamponês – eu preferiria chamar, porque nunca teve a propriedade da terra, senão a posse – só em raros casos a unidade camponesa continha dentro de si uma divisão social do trabalho diversificada, o que fez com que, no momento em que se inicia a industrialização, as relações cidade-campo de novo se mantivessem estanques desse ponto de vista, caracterizando-se uma industrialização que forçou um processo de urbanização numa escala realmente sem precedentes. Noutras palavras, a indústria no Brasil ou seria urbana, ou teria muito poucas condições de nascer. Esse é na verdade o maior determinante do fato de que a nossa industrialização vai gerar taxas de urbanização muito acima do próprio crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais. Isso, retomando uma de nossas primeiras observações, vai dar lugar ao que a sociologia vulgar chamou de urbanização sem industrialização e a toda teorização sobre o “inchaço” e a marginalidade social nas cidades. Não se quer dizer que não haja marginalidade social nas cidades, mas essa marginalidade social é, ela mesma, um componente dos exércitos industriais de reserva. Não significa, tal como a teorização da marginalidade social tenta dizer, exclusão do mercado de trabalho, nem exclusão da economia urbana. Significa a forma peculiar pela qual a industrialização brasileira trouxe para dentro de si, de uma só vez, de uma pancada, todo esse exército industrial de reserva, vindo dos campos para dentro das cidades.

Esse é um aspecto importante, sem o que o fenômeno da urbanização visto desse lado (há outros aspectos que devem ser salientados) torna-se pouco compreensível, dando lugar, evidentemente, a explicações e teorizações pouco satisfatórias.

Essa autarquização das cidades é visível também (se bem que novamente não se tenha ainda uma consistência teórica bastante fundamentada para explicá-la), se tomarmos empiricamente o caso da industrialização e se formos até o nível das próprias unidades industriais. As indústrias que nascem, agora num processo muito mais vertiginoso de acumulação, vão ter que ser, de um lado, completamente autárquicas, desde que não possam se apoiar em nenhuma divisão social do trabalho pretérita que as ligasse com o campo. A industrialização, ao repousar ou ao sediar-se em cidades que eram apenas sede tanto do aparelho burocrático quanto do capital comercial, também não vai encontrar nas cidades uma divisão social do trabalho que desse lugar a unidades produtivas de pequeno porte.

Empiricamente é possível recuperar, por exemplo, sob dois sentidos, essa constatação: de um lado, a grande maioria das indústrias brasileiras dos grandes conjuntos industriais, as Indústrias Matarazzo, por exemplo, vamos ver que ela, sendo uma indústria de bens não duráveis de consumo, tem dentro de si desde o princípio uma divisão social de trabalho extremamente complexa. Isso se repete por quase todos os grandes conjuntos da indústria brasileira. No caso do Nordeste, como no caso da indústria do açúcar em Pernambuco, cada usina tinha que ser um setor produtor de bens de capital que fazia e reparava os bens de capital dessa indústria açucareira. A indústria vai conter dentro de si uma divisão social do trabalho muito mais complexa do que aquela que seria determinada pelo exclusivo processo fabril de produção da mercadoria final. Isto é bastante evidente. Cidades como Paulista, em Pernambuco, e Votorantim, em São Paulo, são exemplos onde a indústria para se instalar teve que simultaneamente instalar uma cidade, desde o fazer a casa para o operário (o que em muitos casos parecia um pouco o idílio entre capital e trabalho), e até uma complexa divisão social do trabalho no interior da própria fábrica.

Hoje a situação é muito diferente. Ninguém vai encontrar numa indústria do grupo Matarazzo, por exemplo, um setor produtor de bens de capital. Contudo, até vinte anos atrás, se visitássemos essa fábrica da Matarazzo que está aí perto da Av. Marginal em São Paulo, encontraríamos, dentro dela, uma complexa divisão social de trabalho que aparentemente não tinha nada a ver com o produto final que a Indústria Matarazzo produzia. Ela possuía um setor produtor de bens de capital no seu interior, um setor propriamente produtivo do bem final para o qual estava destinada, e trazia contido dentro de si também todos os departamentos de circulação de mercadorias, até departamentos especializados na própria distribuição.

Esse aspecto, em grande medida, é fortemente determinante do fato de

que a industrialização teve que ser, no Brasil, a partir dos anos 1930 – que é o marco realmente de aceleração do processo de industrialização –, uma industrialização inteiramente urbana e requerendo taxas de urbanização muito acima das que seriam as necessidades de preenchimento dos postos de trabalho nas novas fábricas. O sociologismo vulgar olhou a coisa comparando apenas aumento da população e o aumento da força de trabalho com os postos industriais criados pelo processo de industrialização, sem se dar conta de que essa industrialização exigia uma série de requerimentos que as cidades não ofereciam. Isso é, evidentemente, uma herança do padrão anterior de relações cidade–campo, que em novas situações projeta-se de outro lado: ao invés de autarquia dos campos, agora impõe-se uma autarquia das cidades, o que levou, por um lado, a que o processo de capitalização e acumulação dessa indústria tivesse que ser um processo de acumulação a taxas excepcionalmente elevadas. A indústria tinha que instalar toda uma complexa divisão social de trabalho no interior de uma unidade industrial, exigindo portanto graus de capitalização muito mais altos. Por outro lado, dialeticamente, isto concorria para baixar o próprio poder de acumulação de cada grupo industrial em si mesmo; ou seja, se uma indústria como a Matarazzo, para funcionar, exigia manter quase todo um complexo industrial para fabricar um único bem, isto significava que do ponto de vista da produtividade do trabalho, para conseguir uma tonelada de sabão em relação aos capitais aplicados, a produtividade do trabalho era baixa. Observando o conjunto da atividade industrial, é possível ver que a produtividade do trabalho era realmente baixa do ponto de vista do conjunto industrial. Isso requereu taxas de capitalização elevadas e, quase que por essa determinação de base técnica, as indústrias logo tiveram uma alta concentração de capital e uma tendência a constituir-se em oligopólios ou conglomerados.

Se não entendermos essa mecânica interna que tem que ver com a herança do período agroexportador, de um lado, e tem que ver, de outro lado, com a famosa dependência da economia brasileira *vis-à-vis*, o capital internacional, não poderemos entender tampouco tanto o caráter da industrialização quanto o caráter da urbanização na economia brasileira em períodos mais recentes, desde que a indústria passou a ser o centro motor da divisão social do trabalho.

Assim, a chamada acumulação urbana é um múltiplo da acumulação industrial, vista do ponto de vista estrito da produção de cada bem. Isso criava uma complexa divisão social do trabalho no interior de cada indústria e, do ponto de vista mais global, tornava a produtividade mais baixa e, portanto, mais lento o processo de acumulação.

Nesse caso, qual é a relação do Estado com esse novo urbano? Do ponto de vista da divisão social do trabalho o Estado vai direcionar a potência do seu poder de coerção extra-econômica (processo já bem estudado por Celso Furtado, Caio Prado e outros economistas e historiadores), vai tentar mudar

o padrão de acumulação, em outras palavras, vai fazer a famosa transposição de excedentes de uns grupos sociais para outros, penalizando a produção agroexportadora e direcionando os seus mecanismos e os seus aparelhos de Estado para potenciar a acumulação industrial, com todos os mecanismos já conhecidos e descritos na historiografia brasileira. Desse ponto de vista também é perceptível qual é a relação do Estado com esse novo urbano, esse novo urbano visto do ponto de vista da acumulação industrial. Do ponto de vista das relações de produção, este novo urbano, ou melhor, a relação entre o Estado e o urbano, consiste precisamente no aspecto mais crucial dele, que é a regulamentação das relações entre capital e trabalho; e a Revolução burguesa no Brasil nasce, eu diria, com uma aparência contraditória em relação ao que classicamente se tem entendido como sendo a Revolução burguesa nos países centrais.

A Revolução burguesa é a afirmação das liberdades. No Brasil, desde 1930, a Revolução burguesa nasce aparentemente negando as liberdades individuais. Em outras palavras, regulando as relações capital-trabalho desde o princípio – o que é uma negação dos chamados direitos individuais, dos chamados direitos burgueses – mas é, sem o recurso abusivo à dialética, a negação da negação. É a negação do direito de livre contratação por parte do operário, mas é a afirmação do direito de contratação por parte do capitalista. Por outro lado, e é o que tem levado muita gente ainda a pensar no caráter corporativista do Estado brasileiro, a Revolução de 1930 vai também negar certas liberdades das antigas oligarquias regionais; por exemplo, ela retira – o que começa a ser um processo centralizador no Brasil –, das oligarquias regionais fundadas em cada província, certos poderes de regulação da atividade econômica; ela retira o poder de legislação sobre o comércio externo e sobre o comércio interno, o que de novo é aparentemente uma Revolução burguesa que nasce negando liberdades, mas na verdade ela, pela negação, afirma a liberdade do novo agente social proeminente, que é o capitalista industrial.

Então, no momento em que a União abriga os Estados e retira deles a capacidade de legislar sobre certos aspectos da vida econômica, o que ela está fazendo na verdade é afirmar a capacidade da burguesia industrial emergente de ter um espaço econômico nacional unificado, sem o que a circulação de mercadorias realmente se veria embotada e, portanto, todo o processo de acumulação teria, digamos assim, um fôlego curto.

Esses dois aspectos nos levam a pensar que, nesse período de transição, a relação entre o Estado e o urbano no Brasil se dá sob dois aspectos, ou sob duas formas: em primeiro lugar, ela se dá por essa regulação das relações capital-trabalho (que não é uma mera cópia de esquemas corporativistas da Itália ou de Portugal ou de quaisquer outros fascismos); não quero afirmar com isso, para advertir desde logo, que o Estado Novo não tivesse no Brasil traços caracteristicamente fascistóides (isso é completamente evidente); mas

quero é chamar a atenção para o fato de que essa intervenção do Estado, regulando logo as relações capital-trabalho, é o aspecto, a meu ver, mais crucial da relação entre o Estado e o urbano no Brasil nesse período. Para radicalizar o argumento, eu afirmaria que o urbano aí é essa intervenção do Estado nas relações capital-trabalho, criando, com isso, pela primeira vez, um mercado de trabalho – ou um mercado de força de trabalho.

Será que antes, em períodos anteriores, não existia mercado de força de trabalho? Se formos, inclusive, recuperar aquele outro exemplo dado a respeito da autarquização das empresas industriais, consegue-se perceber que muitas dessas questões – por exemplo, uma determinada indústria construir o próprio parque residencial dos operários – eram uma forma de ter um mercado de trabalho cativo não regulado pelo Estado. Existem dois aspectos que, a meu ver, são importantes, porque a própria industrialização, agora no novo patamar tecnológico advindo precisamente da importação dos bens de capital necessários à reprodução ampliada do capital, é incompatível com mercados de trabalho cativos; e ela é incompatível porque, ao contrário do que geralmente se pensa, a tecnologia, ou os avanços tecnológicos, são na verdade a negação da especialização da força de trabalho.

Tínhamos, antes dos anos 1930, uma força de trabalho operária pequena, mas altamente especializada. A revolução tecnológica não faz mais do que negar reiteradamente a especialização da força de trabalho. Isso no sentido de que bens de capital importados, cuja composição técnica é determinada pela natureza das relações capital-trabalho e, portanto, do conflito de classes nos países centrais, posta dentro de um quadro como o brasileiro, rompem, de forma completa, com os mercados cativos de força de trabalho que estavam muito baseados numa força de trabalho altamente especializada. Altamente especializada, no sentido da produção de certos bens, e não comparativamente com especialização com outros ramos de produção. Não se pode comparar a especialização de operários que fabricavam chapéus na década de 1920 com a especialização dos operários que trabalham na indústria metalúrgica. O importante é que a composição técnica dos bens de capital rompia, de uma forma radical, com esta especialização, e portanto tinha em si mesma a virtualidade de fundar um novo mercado de trabalho. O que o Estado faz, na verdade, é regular este novo mercado de trabalho e, sem essa regulamentação – que para mim é o aspecto mais crucial das relações entre o Estado e o urbano nessa fase de transição – cada capitalista individualmente iria se encontrar com uma pergunta para a qual não tinha resposta: qual é o preço da força de trabalho que eu vou contratar para empregar nas minhas atividades?

Quando, em fases anteriores, se tinha o trabalho compulsório, esta pergunta inexistia; em fases anteriores já com certos processos de industrialização, através da constituição de mercados de força de trabalho cativos, essa pergunta também inexistia. E esse fenômeno persiste até com muita força em certas

regiões do Brasil. Há um excelente trabalho de José Sérgio Leite Lopes, “O Vapor do Diabo” – uma tese de antropologia sobre as relações de produção no interior de uma usina de açúcar em Pernambuco – onde esse aspecto da constituição de um mercado de força de trabalho cativo fica bem claro. Explicita como é que o usineiro criava certos mecanismos através dos quais o operário de sua usina tornava-se não um servo, nem um escravo, mas incapaz de fugir às dívidas que começava a contrair com o próprio capitalista, o que era um mecanismo de constituição de mercados de força de trabalho cativos.

O patamar tecnológico da indústria brasileira vai romper com esses mercados de força de trabalho e, portanto, o capitalista industrial começa a não saber como responder a uma pergunta crucial: qual é o salário que eu devo pagar aos operários de minha indústria, desde que essa “desespecialização” que a inovação tecnológica promove estava rompendo com as antigas especializações e com os mercados de força de trabalho restritos, fragmentados e cativos de cada uma das principais atividades industriais no país.

Radicalizando, o aspecto crucial da relação Estado-urbano no Brasil é a regulamentação das relações capital-trabalho, “despejando” (um espanholismo) esta incógnita: no momento em que o Estado fixa o preço da força de trabalho, em qualquer latitude, o capitalista individual sabia por quanto contratar a sua força de trabalho, elemento absolutamente indispensável para a constituição do cálculo econômico burguês. Sem isso, o capitalista não sabe nem quanto investir em capital variável, nem quanto esperar de taxa de lucro da aplicação de seus capitais. Aí o Estado tem um papel relevante na constituição dessa articulação, e eu diria que a expressão mais significativa dessa relação Estado e urbano no Brasil está agora não na questão da divisão social do trabalho, mas especificamente na questão da constituição das novas relações de produção. Ele tem outro aspecto também, já referido, que se dá tanto ao nível da divisão social do trabalho, quanto ao nível das relações entre as oligarquias agrárias e a burguesia industrial emergente, no sentido de penalizar a produção agroexportadora e transferir excedentes desses grupos na produção agroexportadora para os grupos industriais emergentes. O aspecto essencial dessa relação consiste na forma como o Estado articula esse novo processo de acumulação, que é industrial e, simultaneamente, urbano.

O período dos anos 1950 inicia uma fase que é qualitativamente distinta na economia brasileira, onde tanto o caráter do Estado quanto o que é a relação entre o Estado e o urbano na economia e na sociedade brasileira constituem temas abertos para os quais não se tem ainda respostas muito consistentes. O que se pode dizer, em linhas muito gerais, é que o período dos anos 1950, sobretudo a partir do período Kubitschek, instala de golpe no Brasil o capitalismo monopolista. E isto por razões muito importantes: em primeiro lugar, devido à própria contradição que se estabelece entre a industrialização chamada periférica e a conduta dos estados centrais dos países

capitalistas. É sabido, por exemplo, que desde a ditadura Vargas, passando pela segunda presidência Vargas e o período Kubitschek, a conduta dos estados centrais dos países capitalistas mais importantes é uma conduta assimétrica em relação aos projetos de industrialização na periferia. Em outras palavras, toda a briga de Juscelino com o Fundo Monetário Internacional não era outra coisa senão o bloqueio das vias de financiamento internacional para patrocinar a industrialização periférica. Por esta e outras razões (que vamos tentar abordar), o Estado brasileiro, não por inspiração doutrinária nem ideológica, é forçado pelas próprias necessidades de reprodução ampliada do capital a penetrar em espaços produtivos que antes não estavam sob seu controle e nem sob seu comando. Assiste-se aí ao crescimento disso que hoje se está chamando o setor produtivo estatal. O Estado brasileiro é levado por essas necessidades – não para construir a antessala do socialismo, mas na verdade para potenciar a própria acumulação industrial – a penetrar em espaços produtivos que lhe estavam vedados.

A contradição entre a industrialização da periferia do mundo capitalista e a conduta dos estados centrais leva o Estado a assumir certas tarefas que a própria burguesia nacional não era capaz de dar conta. Não pelo fato da impossibilidade de acumulação (do ponto de vista do tamanho e da magnitude dos excedentes produtivos), mas não era capaz de dar conta, em primeiro lugar, pelo próprio caráter autárquico que a industrialização tinha imposto nas cidades, o que debilitava o poder de acumulação de cada grupo econômico individualmente considerado; em segundo lugar, devido ao fato de essa industrialização periférica ter que absorver os bens de capital, cuja composição técnica é determinada pelo caráter de luta de classes dos países centrais (não pelo caráter de luta de classes aqui), ela tem que absorver constantemente padrões tecnológicos que são muito superiores à própria capacidade de acumulação privada de cada grupo nacional.

O Estado entra aí com um elemento que Celso Furtado chamou de “socialização das perdas e privatização dos lucros”, através de seu poder de coerção extra-econômica, sobretudo via fiscal; o Estado realiza esta centralização de capitais que já é em si mesma um sinal da passagem da economia brasileira de uma etapa concorrencial para uma etapa monopolista, começando inclusive pelo próprio papel do Estado no setor produtivo. De outro lado, a chamada industrialização periférica – que tem contra si a conduta dos estados centrais, mas não das empresas capitalistas dos países centrais – vai sendo forçada por uma espécie de redefinição da divisão internacional do trabalho.

Esta redefinição da divisão internacional do trabalho se dá em dois sentidos muito importantes: em primeiro lugar, e indo para o aspecto mais geral, desde o ponto de vista de que, ao sair da Segunda Grande Guerra, o espaço econômico mundial do capitalismo tinha-se restringido de uma

forma muito importante: ao invés da liquidação da União Soviética, assiste-se à sua consolidação, assiste-se ao avanço dos países de economia centralmente planejada sobre a Europa Oriental e, quatro anos depois da conclusão dessa guerra, a China é perdida para sempre para o imperialismo. Isso restringe enormemente o espaço do capitalismo internacional - do ponto de vista de espaços para exportação de capitais, para exportação de mercadorias dos países centrais e de abastecimento de bens primários para a economia dos países centrais.

Este aspecto não pode ser descurado se se tem em vista o que se entende por redefinição da divisão internacional do trabalho, como sequela da Segunda Guerra Mundial. De outro lado, a própria constelação de forças democráticas, que se tinha constituído no interior de cada país capitalista central, eleva enormemente o peso político das classes trabalhadoras nesses países. Isso vai obrigar, desde os anos do “New Deal” rooseveltiano, a adoção de políticas de pleno emprego de inspiração keynesiana; vai levar a que a classe trabalhadora, pela sua organização, pelo seu peso político, inclusive derivado em grande medida desse processo de amplas frentes democráticas dentro dos países centrais, obrigue o Estado a assumir parcelas do custo de reprodução da força de trabalho nos países centrais. Em última análise, vai significar o encarecimento do preço da força de trabalho e da produção de certas mercadorias nos países centrais, o que induz esses países a um movimento de industrialização no sentido da periferia, que é um aspecto fundamental para se compreender como é que antes o imperialismo era contrário à industrialização periférica e, depois da Segunda Guerra Mundial, torna-se o seu principal agente.

Nestas condições, existem vários aspectos que são muito interessantes para se analisar o novo papel do Estado. Em primeiro lugar, por esse tipo de contradição assinalada e pela própria debilidade das burguesias nacionais - não no sentido do tamanho de seu excedente, porque, se olharmos do lado das Contas Nacionais, vê-se que a chamada poupança externa nunca contribuiu com mais de 8 a 10% da formação bruta de capital no Brasil, o que, se se pudesse pensar em apertar um pouquinho mais o cinturão, dava para pensar que era possível fazer essa acumulação sem recorrer às chamadas poupanças externas. Porém, não é por esse lado que se dá a industrialização da periferia; é pelo lado de uma redefinição da divisão internacional do trabalho forçada por esses elementos. Então, essa industrialização passa a ser um novo espaço de crescimento do capitalismo, atingindo países como o Brasil - a Argentina já vem de um processo anterior e com peculiaridades que não podem ser completamente assimiladas à do Brasil - e, para ficar pelo menos na América Latina, o México, a Colômbia, o próprio Chile (a Venezuela muito mais retardadamente, pelo próprio fato de que os enormes excedentes de petróleo deram à política venezuelana um corte livre-cambista que só foi rompido depois da presidência Betancourt). Essa industrialização passa a ser agora um

espaço privilegiado de expansão das empresas internacionais, das empresas capitalistas mais poderosas dos países centrais. Isso leva a consequências muito importantes: o Estado vai suprir certas necessidades porque a debilidade de acumulação das burguesias nacionais, do ponto de vista de poder centralizador e não do ponto de vista do tamanho do excedente, tornam o Estado um ente capaz, pela sua força extra-econômica, de realizar esse processo de centralização dos capitais – o que já é em si mesmo um primeiro sintoma de que estamos em presença da implementação de um estilo de capitalismo monopolista nas economias periféricas.

De outro lado, a presença de empresas internacionais que vêm agora para passar a produzir bens industriais nos países da chamada periferia traz dentro de si um estilo de organização que tem profundas repercussões sobre certos aspectos que aqui estamos considerando, da relação entre o Estado e o urbano, por exemplo, na etapa do capitalismo monopolista. O estilo de organização das empresas dos países capitalistas centrais traz em si mesmo uma complexa divisão social do trabalho, onde se destaca a enorme gravitação do chamado trabalho improdutivo nessa divisão social de trabalho no interior de cada empresa. Portanto, isto se transpõe para o conjunto das empresas que aqui se instalaram. Em outras palavras, os famosos executivos, os gerentes, toda a classe de trabalho improdutivo, que faz as vezes do capitalista para gerir propriamente o trabalho produtivo, é um padrão que as empresas internacionais trazem e instalam dentro do Brasil imediatamente. Isso traz como consequência a fato de que cresce enormemente na economia brasileira essa parcela de trabalhadores improdutivos, que dá lugar àquilo que a sociologia chama de “as classes médias”; não é uma pequena burguesia, desde logo; uma pequena burguesia quer dizer, rigorosamente – não como trocadilho –, burguesia pequena.

Essas classes médias não têm nada a ver com pequenas burguesias; elas não controlam nenhum meio de produção, elas são determinadas na verdade pelo padrão organizacional das grandes empresas internacionais que aqui se instalam. Isso tem importantes repercussões: em primeiro lugar, do ponto de vista da estruturação das classes sociais no Brasil. O peso enorme que as classes médias têm na sociedade brasileira é em grande medida determinado pelo tipo de organização econômica do capitalismo monopolista, da forte fração de trabalho improdutivo que são os gerentes, os gestores, os especialistas em mercadologia, enfim, todo esse aparato de trabalho que está muito mais voltado seja para a realização do valor de mercadoria, seja para a circulação do capital e, portanto, não voltado diretamente às tarefas produtivas, criando uma nova classe na estrutura de classes da sociedade brasileira. Esta nova estrutura de classes tem como seu componente mais baixo um enorme exército industrial de reserva, fruto desse tipo de industrialização e da concentração dos capitais; de outro lado, uma fração operária, isto é, do exército em ativa,

que é relativamente pequeno do ponto de vista de conjunto tanto da força de trabalho quanto do conjunto da população, e uma enorme fração de classe média que transformou, por assim dizer, o padrão de estrutura de classes existentes no Brasil antes do período em que, pode-se dizer, se instala quase de golpe um estilo de organização do capitalismo que é em tudo e por tudo o do capitalismo monopolista.

As repercussões que isso tem, do ponto de vista da organização urbana, são importantes. Em primeiro lugar, ela amplia extraordinariamente isso que se tem chamado de terciário: aparentemente um enorme saco de gatos, onde cabe tudo, e que só o entendemos se perseguirmos a pista para saber qual é o tamanho e o papel dessa classe de trabalho improdutivo na organização econômica das novas unidades empresariais. Essa terciarização nada mais é do que a expressão das funções de circulação das mercadorias, de circulação do capital, das funções que estão ligadas tanto à circulação de mercadorias, como publicidade, transporte, quanto das funções ligadas à circulação do capital, o enorme crescimento do sistema bancário, por exemplo. Esse terciário, que no primeiro momento da industrialização cresceu horizontalmente, devido à falta de aparelhamento das cidades e devido ao próprio processo autárquico da industrialização, agora se revela de outra forma: através da criação de uma série de empresas ligadas a esses processos de circulação das mercadorias do capital e que são a sede por excelência das chamadas classes médias, transformando, portanto, de uma forma muito radical, a estrutura de classes na sociedade brasileira, dando um enorme peso político a essas classes médias, um enorme peso, eu diria social antes que político, das classes médias na sociedade brasileira.

Eu resumiria afirmando que o urbano hoje no Brasil são as classes médias, isto é, as cidades são por excelência - recuperando a questão da terciarização sob este ângulo - a expressão urbana dessa nova estrutura de classe, onde o peso das classes médias emerge com enorme força, com enorme gravitação, tendo em vista o tipo de organização que o capitalismo internacional criou ao projetar suas empresas dentro da sociedade brasileira. Isso também tem importância do ponto de vista político. A enorme gravitação das classes médias no Brasil, vista sob outro aspecto, é uma das bases do autoritarismo na sociedade brasileira. Do ponto de vista do urbano, das relações entre o Estado e o urbano, essas novas classes médias criaram demandas dentro das cidades. E o Estado hoje, do ponto de vista de sua relação com o urbano, entre outros aspectos importantes, saliento, é em grande maioria determinado pela demanda das classes médias dentro das cidades.

Empiricamente, se olharmos para os exemplos que estão à nossa volta, a ação do Estado, a mais visível (não aquela talvez mais profunda, contudo a mais visível), sob o enfoque da atuação de uma Prefeitura como a de São Paulo, por exemplo, ou do ponto de vista do Governo do Estado de São

Paulo, é a tentativa constante de atender às demandas dessa nova estrutura de classe criada nas cidades brasileiras, cujas demandas são principalmente determinadas pelo peso social dessas classes médias na nova estrutura de classe brasileira, determinada por um padrão de estruturação e de acumulação que é nitidamente monopolista.

Assiste-se, portanto, ao paradoxo de um Estado forte que, ao contrário do que se poderia pensar ao estilo de O'Connor, não sofre da crise fiscal, de um Estado rico que captura uma parte importante do excedente social, basicamente voltado, sob este aspecto do urbano enquanto localização, a atender demandas da classe média, dando por contraste, o desatendimento, na escala mais absurda possível, das demandas das classes mais baixas na estrutura de classes da sociedade, das demandas do operariado, das demandas das classes populares em geral.

Essa enorme gravitação das classes médias traduz, por outro lado, o fato de que no pós-64 o desmantelamento da organização econômica e política das classes trabalhadoras tornou-as, na verdade, agentes sem voz dentro da estrutura política brasileira e excluídas do aparelho de Estado, reforçando essa contradição. Sem organização econômica e política das classes trabalhadoras, o Estado passa, desse ponto de vista de investimentos e do gasto público, a atender sobretudo às demandas das classes médias que estão nas cidades, criando esse paradoxo de que uma cidade como São Paulo, cujo orçamento é o terceiro do país, depois do próprio orçamento da União e depois do orçamento do Estado de São Paulo, seja dinamicamente incapaz de atender às demandas que vêm das classes sociais mais baixas, criando esse enorme fenômeno paradoxal, sem dúvida nenhuma, que resiste a todas as tentativas de planejar o caos e que é determinado, de um lado, pelo peso social das classes médias e pela falta de voz das classes chamadas populares na estrutura política e no aparelho de Estado.

O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes, e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimento, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias. Evidentemente, do outro lado, e com peso mais forte do ponto de vista da magnitude dos gastos, o Estado continua direcionando seu poder no sentido da reprodução ampliada das próprias empresas estatais e no sentido do atendimento dos chamados insumos de uso difundido pelo conjunto da produção industrial, tais como a energia elétrica e outros desse tipo.

Esse aspecto da terciarização é muito importante, pelo menos desse lado, da perspectiva de como o Estado se comporta frente às diversas demandas das classes sociais, para entendermos essa face do Estado e de sua relação com o urbano.

O urbano hoje é sobretudo a criação e reprodução do espaço das classes médias no Brasil, em primeiro lugar, e, pela sua negação, evidentemente, da ausência das classes populares enquanto agentes políticos na estrutura política do país e no aparelho de Estado. Do outro lado, a relação do Estado nessa imbricação que é, na verdade, o capital monopolista, transforma-se qualitativamente. O Estado não está presente só na produção direta através do setor produtivo estatal, mas, para usar uma metáfora, de uma forma invisível, na articulação geral da economia. Isso significa uma característica central do capitalismo monopolista e confere ao estudo do papel do Estado uma importância extremamente relevante: no capitalismo monopolista as relações econômicas se polarizam completamente, em dois sentidos muito importantes: em primeiro lugar, no sentido da própria regulação das relações capital-trabalho. O capitalismo monopolista no Brasil já nasce, de alguma maneira, durante os anos 1930, sob a égide dessa regulamentação, de outro lado, um certo papel do Estado que é invisível, não aparecendo nem sob a forma de investimentos, e que é o lugar central da determinação da taxa de lucro do conjunto oligopolístico. É evidente que o tamanho e a magnitude da taxa de lucro nasce da relação direta entre o trabalho e o capital; mas a determinação dessa taxa de lucro passou a dar-se agora no coração do aparelho de Estado, por fenômenos que são próprios do capitalismo monopolista, quais sejam, o fato de que, ao contrário do capitalismo concorrencial, onde a equalização das taxas de lucro se dava pela competição entre capitalistas individuais em busca de uma maior racionalização dos seus processos de trabalho, no capitalismo da fase monopolista há várias barreiras à entrada de novos concorrenciais, isto é, o capitalismo monopolista politiza as relações econômicas ao máximo, no sentido de que o Estado passa a ser, de certa forma, o lugar onde a determinação da taxa de lucro, a quota que cada conjunto oligopolístico tem na massa do excedente social produzido no país, se dá pelo seu acesso aos aparelhos de Estado. Isso transforma qualitativamente o Estado no capitalismo monopolista, no sentido de que o Estado não é mais uma entidade que nunca, evidentemente, esteve acima dos conflitos sociais, mas de certa forma guarda uma distância entre as relações diretas entre os próprios capitalistas e a classe operária, e no capitalismo da fase monopolista esse distanciamento entre Estado e economia encurtou-se de tal forma que qualquer crise econômica hoje – isto no Brasil vê-se inclusive na fase de conjuntura em que estamos – reflete-se imediatamente numa crise do Estado também. Ela é, simultaneamente, uma crise econômica e uma crise política; não por um mecanismo vulgar do tipo de que, se estamos em presença de um sistema articulado sobre estruturas de dominação, qualquer crise econômica é crise do Estado e da política também. Não era assim nos períodos anteriores; essa extrema politização das relações econômicas, encurtando o espaço entre Estado e economia, torna qualquer crise econômica imediatamente em uma

crise política. De um lado, porque é preciso arbitrar ou reprimir sempre o conflito vertical e, de outro lado, porque é preciso arbitrar o conflito no conjunto dos grupos oligopolísticos.

Isso dá ao Estado, no capitalismo monopolista, uma qualidade radicalmente diferente de períodos anteriores e, portanto, do ponto de vista da nossa investigação, chegamos àquilo que, sem dúvida, é muito mais uma pergunta do que uma afirmação: qual é agora a relação entre o Estado e o urbano no capitalismo monopolista?

Essa relação só pode ser pesquisada, a meu ver, pelo menos é uma das vias preferenciais de investigação, se formos capazes agora de redefinir os termos em que coexistem Estado e sociedade civil, isto é, há aparentemente um corte profundo entre Estado e capital monopolista, de um lado, e, de outro lado, classes populares em geral; o que é evidentemente uma redefinição dos termos da relação entre Estado e sociedade civil, algo diferente do corte anterior, onde as próprias empresas privadas, desse ponto de vista, estavam mais na sociedade civil e menos no Estado.

Por aí se pode recuperar a noção de conflito social, urbano sobretudo, em termos atuais, isto é, esse novo caráter do Estado no capitalismo monopolista torna, em primeiro lugar, o Estado em uma relação de poder, principalmente, e não mais uma relação de arbitragem. Em segundo lugar, ele é capaz de nos induzir e de sugerir pistas de investigação que recuperem agora a questão do conflito entre Estado e sociedade civil. Em outras palavras, a noção de que o Estado, tendo se direcionado por esses caminhos, tem contra si, na verdade, o resto da sociedade, que é basicamente formada por não-proprietários, incluindo até em alguns sentidos, setores da baixa classe média que, por via das condições pelas quais se dá hoje a relação do Estado com o urbano, tornaram-se, de certa forma, antagônicas.

A meu ver, a pesquisa entre o Estado e o urbano requer hoje uma análise de como se dá o recorte entre Estado e sociedade civil, de como se dá a oposição de interesses entre o Estado e a coalizão de forças dominantes do capital monopolista e o resto do conjunto da população, que inclui o operariado e classes trabalhadoras e também frações da baixa classe média. Por que essa relação entre o Estado e o urbano hoje no capitalismo monopolista deve ser pesquisada nas relações entre o Estado e a sociedade civil? Porque esse direcionamento do Estado, privilegiando demandas das classes médias altas do ponto de vista do seu gasto na urbanização, privilegiando o Estado como potência de acumulação do capital privado e sendo ele o lugar onde se arbitra a distribuição do excedente social entre os diversos grupos oligopolistas, cavou um fosso abismal entre esse polo e o polo das classes não proprietárias de meios de produção, ou, de uma forma mais ampla, de um conjunto de classes sociais, inclusive setores das baixas classes médias que, do ponto de vista das condições de vida, são, em tudo e por tudo, similares. Não faz muita diferença,

do ponto de vista das condições de vida, por exemplo, a origem social ou a posição na estrutura produtiva; do ponto de vista de um pequeno funcionário público que mora no mesmo bairro que um operário, as condições de vida que lhe são impostas por esta oposição de interesses unifica um amplo bloco de classes sociais, ao contrário de uma ótica marxista vulgar, que na verdade pensa o conjunto das contradições apenas do ponto de vista das classes e não as está pensando, agora, do ponto de vista das suas relações com o Estado.

Em resumo, a pesquisa do urbano e das relações entre o Estado e o urbano requer uma pesquisa essencial sobre essas relações entre Estado e sociedade civil e sobre as contradições de interesses que formam agora dois blocos, a meu ver, que, além dos antagonismos do ponto de vista da produção social da riqueza, apresentam um antagonismo do ponto de vista de como direcionar e utilizar o aparelho de Estado.

O Estado e a exceção ou o Estado de exceção?¹

Francisco de Oliveira



Comunidade João Goulart, na Favela de
Manguinhos - Rio de Janeiro/RJ

Vladimir Platonov/ABr

Os oprimidos sabem do que se trata

Walter Benjamin, Teses sobre a História.

Uma breve história do tempo perdido

Num passado que pode ser localizado no século XX – o breve, segundo Hobsbawm – as relações entre o Estado e o urbano, o Estado e o planejamento podiam ser caracterizadas, ainda que toscamente, como o de um enorme esforço de normatividade para lograr estabelecer a relação capital–trabalho, promover as condições gerais da produção para a industrialização, utilizando, para tanto, até o limite, a coerção estatal como substituto do mercado, e finalmente, no capítulo da relação com o planejamento, inventar uma política que metamorfoseasse o conflito de classes numa “convergência de contrários”, sem jogo de soma zero, anti-schmittiana no sentido de eliminar a relação amigo–inimigo. A cidade era o teatro dessas operações e todas as formas de planejamento de alguma maneira buscavam funcionalizá-la – na maior parte das vezes almejando-se ingenuamente a supressão do conflito – para uma nova divisão social do trabalho e novas relações de classe. Numa palavra, ainda que com métodos excepcionais, tais relações tinham como norte paradigmático enquadrar a exceção e transformá-la em norma.

Seria longo, fastidioso e pretensioso resumir o intenso processo de

1 Este texto foi preparado como base para a conferência de abertura do X Encontro Nacional da ANPUR – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Belo Horizonte, 26.5.2003. Posteriormente foi publicado em *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.5, n.1, maio de 2003. Agradecemos imensamente ao autor pela oportunidade de sua publicação.

transformações que alterou radicalmente a economia e a sociedade brasileiras, fazendo a industrialização, urbanizando-a totalmente, tutelando o conflito de classe, utilizando a coerção estatal como força propulsora e ordenadora tanto do aprofundamento do capitalismo quanto de suas relações sociais de produção, o que quer dizer, em geral, planejando. Mas tais transformações e seus métodos não lograram normatizar o excepcional, enquadrando a exceção. Parafrazeando uma frase de Paul Baran, dita há muito tempo, não foi o planejamento que enquadrou a exceção, mas foi a exceção que enquadrou o planejamento.

No fundo desse processo, jaz a enorme desigualdade que marca a sociedade brasileira. Toda a transformação ocorrida fundou outra desigualdade, qualitativamente diferente sobretudo quando vista sob a ótica da liberdade, e quantitativamente maior se observadas as distâncias entre os muito ricos e os muito pobres. Mas a nova diferença quantitativa obriga os dominados a um esforço descomunal para superá-la, o que introduz uma nova qualidade na desigualdade, que, se já não é a completa ausência de liberdade, é a quase completa ausência de horizonte de superação. De fato, embora continuemos a ser uma sociedade racista, na semântica social e nas relações sociais o escravismo foi superado. Mas superar a desigualdade capitalista supõe poder superar o próprio capitalismo, o que é uma tarefa de titãs.

Seria fácil dizer que a herança escravista foi sempre o grande obstáculo para a igualdade, com o que se estará dizendo uma meia-verdade: o Sul dos Estados Unidos foi tão ou mais escravista que o Nordeste brasileiro – lá chegou-se até à fazenda de criação de escravos – o que sugere que *Casa grande & senzala* é o nosso *E o vento levou*. Deixo de graça essa sugestão para o novo cinema brasileiro, já que as reconstituições da Globo não conseguem criar o clima de nostalgia de um *temps perdu*, que é a chave do apelo do romance e do charmoso filme. Mas o Sul norte-americano, sob a pressão hegemônica do Norte industrializado, finalmente venceu a barreira escravista, cujo epílogo foi a brava campanha de direitos civis da segunda metade do século XX. Nossa cordialidade, que resolveu a abolição sem sangue – de novo, os escravos sabiam o que queria dizer isso – não foi capaz de impor ao Norte – nos adverte Evaldo Cabral de Melo que Nordeste é uma invenção do século XX – escravista a ética do Sudeste industrializado.

A coerção estatal também foi característica de todos os capitalismo tardios, entre os quais se sobressaem a Alemanha e a Itália. Mas os dois países “excepcionais”, justamente onde a besta nazifascista sentou suas patas sujas de sangue, transformaram-se em democracias exemplares e varreram com a desigualdade, de forma que hoje comparecem entre os mais igualitários, sob o forte impulso de crescimento do capitalismo nos Trinta Anos Gloriosos. Conhecemos as regressões que a Itália vem experimentando, mas nada comparável ao país semifeudal que o neorrealismo retratou. A forma

autoritária e muitas vezes ditatorial também não é argumento suficiente, embora necessário, para explicar o caso brasileiro.

Não foi ausência de crescimento capitalista o que explica a profunda desigualdade: pelo contrário, o intenso crescimento durante um século talvez esteja, paradoxalmente, entre suas causas mais importantes. Sob as tenazes do excepcional crescimento, combinado com a herança escravista e a poderosa coerção estatal, o estatuto da força de trabalho rebaixado para tutela estatal produziu a extorsão da *plus-valia* mais avantajada e uma distribuição da renda que se iguala à dos mais pobres países da África, onde “capitalismo” é somente força de expressão. Essa compactação de tempo histórico, no século XX, em que parece que toda a letargia do livre-cambismo do século precedente, que obstaculizou a industrialização, foi acelerada até o limite, chamou para regimes de exceção, na longa “via passiva”. Se o nazismo durou apenas doze anos na Alemanha e o fascismo, no máximo vinte na Itália, nossas ditaduras na segunda metade do século XX alcançaram a invejável (?) marca de 35 anos, igualando-se a Franco e Salazar. A desigualdade brasileira mora aí.

A progressão da relação salarial foi coartada no começo dos anos oitenta do século passado pela combinação da reestruturação produtiva com a globalização; isto forneceu as bases para um enorme avanço da produtividade do trabalho que jogou para as calendas a possibilidade e/ou necessidade da relação formal de trabalho: pelo contrário, o que se chamou no passado de “informalidade” tornou-se a regra. Pede-se ao trabalhador forma os atributos do “informal”: flexibilidade, polivalência, iniciativa. Tais atributos encontram-se nos camelôs dos centros de nossas cidades. Aparece aí o primeiro elemento da exceção: o mercado de trabalho foi virado pelo avesso.

A revolução molecular-digital atuando sobre um mercado de trabalho mais flexível que as canas do deserto de que falava São João – o das festas juninas, não o evangelista – pavimenta a flexibilização, de modo a produzir o espantoso fenômeno de que os vendedores ambulantes de refrigerantes e cerveja nas portas dos estádios duas vezes por semana – lembram Milton Nascimento: “Brasil vazio nas tardes de domingo/isto é o país do futebol” – tornaram-se funcionais para o capital financeiro. O formidável ataque ideológico neoliberal formatou um consenso pelo avesso: tudo que era sólido desmancha-se no ar. Emprego estável é privilégio, regras de previsibilidade foram traduzidas como burocracia.

A financeirização das economias e principalmente dos orçamentos públicos retira autonomia do Estado; produz-se uma autonomização do mercado, que é o outro pilar da exceção. Mas a contradição está em que tornado supérfluo pela autonomização, o Estado se funcionaliza como uma máquina de arrecadação para tornar o excedente disponível para o capital. E a exceção está em que as políticas sociais não têm mais o projeto de mudar a distribuição da renda – que foi lograda ao longo da experiência do Welfare, não tenhamos

o falso pudor de não admiti-lo, como os partidos comunistas não quiseram reconhecer o papel do reformismo socialdemocrata – e se transformaram em antipolíticas de funcionalização da pobreza.

O que estou descrevendo é o Ornitórrinco, com maiúsculas, porque tornou-se o novo “modo de produção” da periferia capitalista. Capital financeiro na cabeça, informatização em todos os meios de produção e de consumo, dívida externa que representa um adiantamento de não menos que 40% sobre o PIB e porcentagem mais alta para a dívida interna, setor financeiro com 9% do PIB, proporção que nem os USA e o UK, principais centros financeiros do capitalismo globalizado alcançam, altíssima informalidade que beira os 60% da PEA, pobreza na qual vegetam 70 milhões – 41% da população – abaixo da linha dos US\$ 2/per capita/dia (em 1998, segundo o PNUD) e que é concomitante e provocada pela digitalização–molecularização do capital. Isto é, mamífero com bico e patas de pato, semiaquático, cujas mamas são pelos, e... que se reproduz oviparamente, modo barroco de dizer: bota ovo.

As cidades são os lugares por excelência dessas exceções, e o conjunto delas é a administração da exceção. Trata-se de um Estado de Exceção, na medida justa da teoria schmittiana, pois o soberano é o que decide a exceção: quem é o soberano? O mercado, não como abstração, mas precisamente o que coloca 41% abaixo da linha da pobreza. Pensemos: o subdesenvolvimento não era a exceção, era uma singularidade histórica, que assinalava precisamente que ele havia sido produzido pelo capitalismo em expansão, o qual, montando-se sobre sociedades criadas ou apropriadas para produzir o excedente que na verdade criou o capitalismo mercantil, não poderia, jamais, reproduzir o original. Roberto Schwarz mostrou isso magnificamente em sua interpretação de Machado de Assis, a chamada originalidade da cópia, título que FHC apropriou para responder às críticas sobre a “teoria” da dependência.

O Ornitórrinco é a exceção permanente, porque já não é singularidade: ele contém todos os elementos do original desenvolvido, já não há espaços pré-capitalistas, já não há fronteiras de expansão do capital. O alto desemprego – 20% em São Paulo – não é sinal de desocupação de fatores – obrigado, neoclássicos – por insuficiência de capital, mas, o contrário, por excesso de capitalização. É a cópia do original que causa o desemprego e a péssima distribuição de renda, que se agravará na medida em que o desenvolvimento é retomado, e o será, de forma intermitente, mas sem sustentabilidade.

Uma vez mais, convoco ao exame empírico: as políticas chamadas de emprego e renda são a exceção do desemprego; elas aprofundam o desemprego, ou o mantém, com o propósito de combatê-lo! As políticas de mutirões para satisfazer a demanda por habitação são a cidade como exceção; é a desmercantilização da força de trabalho sob a forma de trabalho virtual que prepara o enorme exército “informal” – utilizo o termo apenas porque é do nosso jargão, para economizar, mas ele já não tem poder explicativo – para

as portas dos estádios de futebol, ou os arredores dos formosos teatros, ou as bancárias e banqueiras ruas dos centros de nossas cidades. O Fome Zero é o marketing como política. Mesmo uma “política” contra a qual ninguém pode colocar-se, a cópia brasileira das políticas chamadas afirmativas, de que as cotas para os negros na universidade pública – a UERJ no Rio é a pioneira – é uma política de exceção que revela a derrota do projeto de integração. A síntese é a dependência financeira externa do Estado, que come 9% do PIB como serviço da dívida, equivalente a mais da metade do coeficiente de inversão. É a exceção do Estado ou o Estado como exceção.

A consequência das exceções parciais, que forçamos a barra para pensá-las ainda no paradigma da normatividade porque nos assusta pensar na exceção totalizadora, é que o “normal”, a norma, é puxada para baixo pelo “anormal”: esta é a síntese que faz a exceção. A enorme desigualdade obriga a pensar que se faz necessário baratear as escolas, para aumentar o número de incluídos: a consequência é planejarmos escolas pobres para pobres. A arrogância do caos do trânsito – já uma transgressão semântica porque se trata de um problema de transporte e não de trânsito – obriga-nos a planejar zonas azuis, a exceção para os que têm automóveis, rodízio de automóveis, zoneamento que preserve os bairros ricos da contaminação com os pobres, a “revitalização” dos centros – alguém perguntou a uma conhecida urbanista, olhando do alto de um dos prédios do Anhangabaú se lá em baixo não havia gente ou aquilo era um formigueiro – para nos livrar da deterioração causada não pela invasão dos pobres, mas pela especulação que criou sucessivamente a avenida Paulista, deslocou-se para a Faria Lima, transferiu-se para o eixo da Berrini, em falando da capital de São Paulo. Mas a “revitalização” faz-se necessária, teorizou outra urbanista, porque putas, rufiões, bêbados e desempregados “privatizaram” o espaço público! Hannah Arendt se debateu ferozmente no túmulo quando ouviu tamanha “exceção”! As empresas se assenhoreiam das políticas sociais, e a exceção do mercado se impõe como critério das políticas, porque precisa-se de eficiência e produtividade nas políticas sociais, e o resultado é maior exclusão.

O planejamento urbano, com suas regras de utilização do solo, corredores de tráfego, corredores comerciais, camelódromos, barraquinhas coloridas para disfarçar a precariedade, quais outras Catarina da Rússia, legalização de perueiros e ônibus clandestinos forçada pela chantagem, é a cidade como exceção: ele busca se compatibilizar com as piores tendências de concentração da renda e da sociabilidade indesejável quase obrigatória das classes que voltaram a ser chamadas de “perigosas”, como são conhecidas as que foram uma vez “laboriosas”. No Rio, cuja geografia não consegue separar ricos e pobres, há um clamor pela policialização total da cidade, e na mistura de tiros que já não se sabe de onde provêm, as balas perdidas deixaram de ser exceção à regra: ao contrário, a exceção é quem nunca correu esse risco.

O *summa cum laudae* é a criminalidade, em todas as suas formas. A mais ostensiva é hoje a do narcotráfico: que é a exceção do mercado de trabalho, pois, como na Colômbia, Bolívia e Peru, não há como as atividades “normais” competirem com os rendimentos proporcionados pela produção e comercialização dos entorpecentes, nem pelo emprego – pode-se chamar isso de emprego? – dos pequenos “aviões” pelo narcotráfico. A foto mais dramática dos episódios do Rio que se intensificaram às vésperas do carnaval era – provavelmente no *O Globo* – de um imenso cordão de esfarrapados, cujo *fashion* era composto de uma miserável bermuda e um par de chinelos de dedo, cópia da famosa Havaiana, descendo o morro, aprisionados. O humorista que é hoje o melhor sociólogo-antropólogo do Brasil, Zé Simão, satirizou com soda cáustica: “O elemento procurado é pardo, traja bermuda e sandália tipo Havaiana. Tão procurando o Brasil!” (*Folha de S. Paulo*, data indeterminada). O retrato sem retoques de uma sociedade derrotada. O alto lucro é diretamente proporcional ao alto risco, isso já se sabia, e neste caso a ligação interna-externa se dá porque o grande consumidor está nos países desenvolvidos: é a nossa nova “dependência”.

Mas o lado menos ostensivo da criminalidade, que não aparece sob este rótulo, está nas taxas de homicídios, a segunda *causa-mortis* na cidade de São Paulo, que devasta a faixa etária masculina entre os 15 e os 24 anos. Todos sabemos que a maior parte dos crimes se dá entre conhecidos e até entre membros do grupo familiar. Como mostram algumas excelentes pesquisas antropológicas e sociológicas, é a promiscuidade por ausência de relação mercantil que detona os conflitos, e leva aos homicídios. Essa ausência tem um nome: desemprego.

Na tentativa de conter a avalanche, a policialização da sociedade, a segurança elevada ao valor maior, o pedido de transformar as Forças Armadas em polícia urbana, uma guerra civil mal disfarçada. A morte da pólis é a morte da política e a negação da negação: todo espaço público deve ser privatizado, deve estar sob o olhar pan-óptico, porque o perigo é o público. Até no futebol a exceção já se instalou, porque no carnaval ele já é a regra: a recente Lei do Torcedor manda instalar câmaras em todos os estádios, para conter o vandalismo e flagrar os violentos. Não há mais política: há técnicas e dispositivos foucaultianos que se impõem com a lei da necessidade. Adequamos nosso discurso para reconhecer a “realidade” e em nome dela, planejar a exceção. Reconheçamos: nosso esforço teórico transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção, que nossa prática cotidiana já leva a cabo faz tempo. Porque do nosso horizonte já sumiram as transformações. Sejamos pragmáticos, já é tempo e já estamos na idade, ora bolas, de abandonar as utopias!

Realização



Apoio



rls Fundação Rosa Luxemburgo



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-86471-74-2



9 788586 471742